



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**Exercício / 2017**

<b>PROAD Nº 9.221/2018.....</b>	<b>3</b>
<b>PROCESSO SCOF/CCONT Nº 01/2018 .....</b>	<b>3</b>
<b>I. DA DESPESA AUTORIZADA .....</b>	<b>3</b>
1. CRÉDITOS AUTORIZADOS .....	3
2. PROVISÕES RECEBIDAS.....	4
3. DESTAQUES RECEBIDOS .....	4
<b>II. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>5</b>
1. SÍNTESE .....	5
2. DAS DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS CONSIGNADOS NA L.O.A. DIRETAMENTE A ESTE TRIBUNAL E COM DESCENTRALIZAÇÕES MEDIANTE PROVISÕES E DESTAQUES .....	9
2.1. DAS DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS CONSIGNADOS NA L.O.A. ....	9
2.1.1. DAS DESPESAS DE PESSOAL .....	9
2.1.1.1. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA AS DESPESAS DE PESSOAL.....	9
2.1.1.2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS DE PESSOAL.....	11
2.1.1.3. RESTOS A PAGAR – PESSOAL .....	14
2.1.1.4. SÍNTESE DAS DESPESAS COM PESSOAL .....	16
2.1.2. DAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL.....	16
2.1.2.1. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA CUSTEIO E CAPITAL.....	16
2.1.2.2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL.....	21
2.1.2.3. RESTOS A PAGAR – CUSTEIO E INVESTIMENTO .....	23
2.1.2.4. SÍNTESE DAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL .....	24
2.2. DAS DESPESAS REALIZADAS COM DESCENTRALIZAÇÕES-PROVISÕES E DESTAQUES ..	26
2.2.1. DAS DESPESAS COM PROVISÕES .....	26
2.2.1.1. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS DESCENTRALIZADOS – PROVISÕES .....	26
2.2.1.2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS PROVISÕES RECEBIDAS .....	27
2.2.2. DAS DESPESAS COM DESTAQUES.....	30
2.2.2.1. DESTAQUES RECEBIDOS .....	31
2.2.2.2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS DESTAQUES RECEBIDOS .....	33
2.2.3. RESTOS A PAGAR – PROVISÕES E DESTAQUES .....	34
2.2.4. SÍNTESE DAS DESPESAS COM DESCENTRALIZAÇÕES – PROVISÕES E DESTAQUES ..	35
3. RESUMO GERAL DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	36

<b>III. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS .....</b>	<b>41</b>
1. AÇÃO 4256 - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	42
2. AÇÃO 2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES .....	48
3. AÇÃO 2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES .....	50
4. AÇÃO 2011 - AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES..	52
5. AÇÃO 2012 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	53
6. AÇÃO 4224 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES .....	54
7. AÇÃO 2549 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	56
8. AÇÃO 216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	58
<b>IV. INDICADORES DE GESTÃO .....</b>	<b>60</b>
<b>V. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA .....</b>	<b>74</b>
<b>VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>VII. ANEXOS – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS .....</b>	<b>83</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**PROAD nº 9.221/2018**

**PROCESSO SCOF/CCONT nº 01/2018**

Sra. Diretora Geral da Administração

Em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 70, Título IV, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, submetemos a V.S.<sup>a</sup> o presente processo de Prestação de Contas relativo às despesas realizadas no exercício financeiro de 2017.

**I. DA DESPESA AUTORIZADA**

O montante dos créditos orçamentários disponibilizados a este E. Tribunal foi consignado na Lei Orçamentária Anual para 2017 - L.O.A./2017 (Lei nº 13.414/2017), que corresponde à dotação inicial, acrescida dos créditos suplementares, provisões e destaques concedidos durante o exercício, que seguem discriminados:

**1. Créditos Autorizados**

Discriminação		Valor (R\$)
Lei nº 13.414, de 10/01/2017, publicada em 11/01/2017 - LOA/2017		2.252.823.758,00
Créditos suplementares <b>com</b> oferecimento de recursos próprios		11.527.000,00
		-11.527.000,00
Créditos suplementares <b>sem</b> oferecimento de recursos próprios	Crédito para custeio	5.151.817,00
	Crédito para pessoal	347.832.097,00
<b>Subtotal 1</b>		<b>2.605.807.672,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**2. Provisões Recebidas**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Tribunal Superior do Trabalho	11.687.832,67
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	12.067.041,78
<b>Subtotal 2</b>	<b>23.754.874,45</b>

**3. Destaques Recebidos**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Dotação de Precatórios da Administração Direta	146.805.016,00
Dotação de Precatórios da Administração Indireta	16.526.470,00
<b>Subtotal 3</b>	<b>163.331.486,00</b>
<b>TOTAL GERAL AUTORIZADO (Subtotais 1 + 2 + 3)</b>	<b>2.792.894.032,45</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

## **II. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **1. Síntese**

Neste E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em 2017, as despesas foram processadas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, bem como com a Portaria nº 833/11, de 16/12/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim sendo, todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial foram inseridos no Sistema SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, proporcionando a emissão automática dos balanços contábeis, integrantes da presente Prestação de Contas (Item VII. Anexos – Demonstrativos Contábeis).

No exercício de 2017, foram responsáveis pela realização das despesas deste E. Tribunal as Unidades Gestoras: *UG 080010 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região* e *UGR 080032 - Escola Judicial do TRT da 2ª Região*.

Assim, a execução orçamentária e financeira da despesa efetivou-se sob a responsabilidade de:

#### **1. Ordenadores da Despesa:**

##### **1.1. Pela UG 080010 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região:**

###### **1.1.1. Desembargador:**

- **Dr. WILSON FERNANDES**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

1.1.2. Servidores:

- RITA KOTOMI YURI
- RODRIGO CORREA DA CUNHA
- TELMA FERREIRA ROCHA
- MARCELO CANIZARES SCHETTINI SEABRA

1.2. Pela UGR 080032 - Escola Judicial do TRT da 2ª Região:

1.2.1. Desembargadores:

- Dr. ADALBERTO MARTINS
- Dra. IVETE RIBEIRO

2. Encarregados do Setor Financeiro:

- LILIAN YURI TAKAHASHI
- ANTÔNIO FÁBIO FERNANDES FIGUEIREDO
- SORAIA GOMES GOUVÊA

Este Regional realizou a execução orçamentária e financeira dentro dos limites autorizados na L.O.A. para 2017, dos créditos adicionais recebidos, das descentralizações internas (Provisões) recebidas do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e das descentralizações externas (Destaques) referentes à dotação de Precatórios da Administração Direta e Indireta, perfazendo o montante orçamentário total de R\$ 2.792.894.032,45 (Dois bilhões, setecentos e noventa e dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

A execução orçamentária e financeira da despesa atingiu o montante de R\$ 2.772.322.567,47, inclusive "Restos a Pagar". Do total autorizado (R\$



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

2.792.894.032,45), não foram aplicados R\$ 20.571.464,98, correspondendo ao saldo da conta contábil 62.211.00.00 - *Crédito Disponível*.

Do total orçamentário executado (R\$ 2.772.322.567,47), foi realizado em 2017 o montante de R\$ 2.661.224.487,85, restando inscrito em restos a pagar (RAP) o total de R\$ 111.098.079,62, previsto para ser realizado em 2018.

Abaixo estão demonstrados resumidamente os montantes utilizados em 2017, os inscritos em RAP e os valores não utilizados que restaram em disponibilidade.

Origem do Orçamento	Crédito Orçamentário Disponibilizado em 2017			Total
	Utilização Orçamentária		Não utilizado	
	Utilizado em 2017	Inscrito em RAP		
Consignado na LOA/2017	2.479.657.246,87	110.226.885,28	15.923.539,85	2.605.807.672,00
Provisão	22.782.545,24	871.194,34	101.134,87	23.754.874,45
Destaque	158.784.695,74	0,00	4.546.790,26	163.331.486,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.661.224.487,85</b>	<b>111.098.079,62</b>	<b>20.571.464,98</b>	<b>2.792.894.032,45</b>
	<b>2.772.322.567,47</b>			

Em 31/12/2017, o saldo dos recursos financeiros à disposição deste Tribunal importou em R\$ 195.439.570,68, constante da conta contábil 11.112.20.01 - *Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - OFSS*, conforme demonstrativo abaixo, extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

___ SIAFI2017-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL) _____	
28/02/18 14:28	USUARIO : AIRTON
	PAGINA : 1
UG EMITENTE : 080010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO	
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL	
POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO	
CONTA CONTABIL : 111122001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
F 0100000000 310	
PAGAMENTO PESSOAL	100.808.138,21 D
F 0100000000 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	29.605.808,40 D
F 0100000000 412	
PAGAMENTO DE CARTAO DE CREDITO	115.020,54 D
F 0100000000 414	
CUSTEIO - PAGTO DE DIARIAS	45.781,53 D
F 0100000000 422	
AUXÍLIO FUNERAL - CUSTEIO	115.833,26 D
F 0100000000 499	
PAGAMENTO DE DESPESA OBRIGATÓRIA	2.147.688,55 D
F 0100000000 500	
CUSTEIO E INVESTIMENTO	257.196,72 D
F 0100000000 510	
CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXILIOS	694.228,44 D
F 0127000000 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	4.801.438,66 D
F 0150000000 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	216.084,90 D
F 0150151030 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	5.233.735,39 D
F 0150151030 500	
CUSTEIO E INVESTIMENTO	30.522,92 D
F 0156000000 310	
PAGAMENTO PESSOAL	1.149.069,72 D
F 0181000000 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	131.783,89 D
F 0181151030 350	
CREDITOS EXTRAORDINARIOS	126.154,73 D
F 0181151030 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	43.912.079,71 D
F 0188000000 310	
PAGAMENTO PESSOAL	3.663.739,35 D
F 0190000000 990	
PASSIVOS FINANCEIROS	4.394,43 D
F 0381151030 350	
CREDITOS EXTRAORDINARIOS	1.632.803,10 D
F 0381151030 400	
CUSTEIO/INVESTIMENTO	748.068,23 D
TOTAL COM ISF F - FINANCEIRO	: 195.439.570,68 D
TOTAL DA CONTA	: 195.439.570,68 D





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**2. Das Despesas Realizadas com Recursos Consignados na L.O.A. Diretamente a este Tribunal e com Descentralizações Mediante Provisões e Destaques**

2.1. Das Despesas Realizadas com Recursos Consignados na L.O.A.

2.1.1. Das Despesas de Pessoal

2.1.1.1. Créditos Orçamentários para as Despesas de Pessoal

Para as Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, e Obrigação Patronal, foi inicialmente aprovado na L.O.A para 2017 o montante de R\$ 1.853.220.319,00, conforme demonstrado abaixo:

<b>Programas de Trabalho</b>	<b>Dotação Inicial – R\$</b>
Pessoal Ativo da União (Ativos <sup>1</sup> )	1.149.237.421,00
Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis (Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> )	494.459.368,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Obrigação Patronal <sup>3</sup> )	209.523.530,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.853.220.319,00</b>
<i>Ativos <sup>1</sup> - PTR 084984; Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> - PTR 084985; Obrigação Patronal <sup>3</sup> - PTR 127737</i>	

Os limites de créditos aprovados na referida Lei, no valor de R\$ 1.853.220.319,00, não foram suficientes, ocasionando a solicitação e o recebimento de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

créditos suplementares no montante global de R\$ 347.832.097,00, sendo R\$ 167.066.668,00, R\$ 143.755.169,00 e R\$ 37.010.260,00 respectivamente para as despesas referentes aos pagamentos de pessoal ativo, inativo e pensionistas, e obrigação patronal.

Segue demonstração dos créditos suplementares concedidos a este TRT em 2017:

- o Pessoal Ativo da União:

<b>Créditos Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos Próprios</b>			
<b>Documento de autorização</b>	<b>Nota de Dotação</b>	<b>Data</b>	<b>Valor-R\$</b>
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 261, de 13/09/2017, publicado no DOU de 14/09/2017	2017ND800010	14/09/2017	71.757.486,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 349, de 29/11/2017, publicado no DOU de 30/11/2017	2017ND800020	30/11/2017	29.915.397,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 367, de 13/12/2017, publicado no DOU de 14/12/2017	2017ND800023	14/12/2017	65.393.785,00
<b>TOTAL</b>			<b>167.066.668,00</b>

- o Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis:

<b>Créditos Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos Próprios</b>			
<b>Documento de autorização</b>	<b>Nota de Dotação</b>	<b>Data</b>	<b>Valor-R\$</b>
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 261, de 13/09/2017, publicado no DOU de 14/09/2017	2017ND800010	14/09/2017	51.273.474,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 349, de 29/11/2017, publicado no DOU de 30/11/2017	2017ND800020	30/11/2017	67.270.114,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 367, de 13/12/2017, publicado no DOU de 14/12/2017	2017ND800023	14/12/2017	25.211.581,00
<b>TOTAL</b>			<b>143.755.169,00</b>

- o Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Previdência dos Servidores Públicos Federais (Obrigação Patronal):

<b>Créditos Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos Próprios</b>			
<b>Documento de autorização</b>	<b>Nota de Dotação</b>	<b>Data</b>	<b>Valor-R\$</b>
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 255, de 13/09/2017, publicado no DOU de 14/09/2017	2017ND800009	14/09/2017	18.204.534,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 350, de 29/11/2017, publicado no DOU de 30/11/2017	2017ND800019	30/11/2017	6.581.388,00
Crédito Suplementar autorizado pelo Ato CSJT nº 368, de 13/12/2017, publicado no DOU de 14/12/2017	2017ND800024	14/12/2017	12.224.338,00
<b>TOTAL</b>			<b>37.010.260,00</b>

Destarte, o total de créditos suplementares recebidos importa em R\$ 347.832.097,00, que somado aos créditos inicialmente aprovados na L.O.A., de R\$ 1.853.220.319,00, perfazem o total orçamentário de R\$ 2.201.052.416,00, para o Grupo de Despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, conforme demonstrado abaixo.

<b>Programas de Trabalho</b>	<b>Dotação Inicial - R\$</b>	<b>Crédito Suplementar - R\$</b>	<b>Total - R\$</b>
Pessoal Ativo da União (Ativos <sup>1</sup> )	1.149.237.421,00	167.066.668,00	1.316.304.089,00
Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis (Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> )	494.459.368,00	143.755.169,00	638.214.537,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Obrigação Patronal <sup>3</sup> )	209.523.530,00	37.010.260,00	246.533.790,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.853.220.319,00</b>	<b>347.832.097,00</b>	<b>2.201.052.416,00</b>

*Ativos <sup>1</sup> - PTR 084984; Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> - PTR 084985; Obrigação Patronal <sup>3</sup> - PTR 127737*

2.1.1.2. Da Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal

A dotação orçamentária para 2017 destinada às despesas de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

peçoal foi utilizada basicamente com a liquidação mensal das folhas de pagamento de ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao quadro de peçoal do Órgão, e com o recolhimento dos encargos patronais previdenciários do regime próprio (PSSS) e privado (FUNPRESP).

Do total orçamentário recebido para as despesas com peçoal ativo, inativo e pensionistas, e obrigação patronal – PSSS (R\$ 2.201.052.416,00), foram utilizados R\$ 2.189.247.698,46, tendo sido efetivamente liquidados R\$ 2.132.009.583,77, inscrito em restos a pagar o total de R\$ 57.238.114,69 e restado sem utilização, na conta Crédito Disponível, o valor de R\$ 11.804.717,54 que se refere à concessão, por meio de Ato do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, de crédito suplementar destinado às despesas com obrigação patronal em montante superior às necessidades deste Tribunal.

Além dos gastos normais com a folha mensal de peçoal, foram viabilizadas despesas na rubrica “*Despesas de Exercícios Anteriores*”, referentes aos passivos da categoria Peçoal e Encargos Sociais, a seguir destacadas:

Processo	Objeto	Valor - R\$	OBS
EAP 004/10	URV	3.028.140,01	Pessoal Inativo
		534.885,99	Pessoal Ativo
	Obrigação Patronal	7.832,14	PSSS
	<b>Subtotal 1</b>	<b>3.570.858,14</b>	
EAP 005/10	PAE – Parcela Autônoma de Equivalência	13.289.970,97	Pessoal Ativo
		10.782.160,27	Pessoal Inativo
		5.636.609,34	Pensionista
	Obrigação Patronal	500.756,51	PSSS
		438.585,90	INSS
<b>Subtotal 2</b>	<b>30.648.082,99</b>		
EAP 022/15	ATS – Magistrado	45.244,38	Pessoal Ativo
		11.165,27	Pessoal Inativo
	Obrigação Patronal	466,57	PSSS
	<b>Subtotal 3</b>	<b>56.876,22</b>	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>EAP 002/17</b>	Obrigaç�o Patronal	1.137,84	INSS
	<b>Subtotal 4</b>	<b>1.137,84</b>	
<b>EAP n�s: 004/17 005/17 016/17</b>	Adicional noturno; abono perman�ncia; adicional de qualifica�o; GAJ/GAE/GAS; gratifica�o natalina; 1/3 de f�rias	94.184,56	Pessoal Ativo
	F�rias indenizadas, licen�a pr�mio	6.607,15	Pessoal Inativo
	Obriga�o Patronal	215,83	FUNPRESP
	<b>Subtotal 5</b>	<b>101.007,54</b>	
<b>EAP n�s: 008/17 017/17 022/17</b>	Diferen�as salariais decorrentes da concess�o de pens�o estatut�ria vital�cia	181.965,61	Pensionista
	<b>Subtotal 6</b>	<b>181.965,61</b>	
<b>EAP 025/17</b>	Abono perman�ncia	12.869,80	Pessoal Ativo
	<b>Subtotal 7</b>	<b>12.869,80</b>	
<b>EAP n�s: 027/17 036/17 a 039/17</b>	Gratifica�o por Exerc�cio Cumulativo de Jurisdi�o – GECJ	6.477.662,62	Pessoal Ativo
	<b>Subtotal 8</b>	<b>6.477.662,62</b>	
<b>EAP 040/17</b>	Abono perman�ncia, licen�a pr�mio, f�rias, gratifica�o natalina, aux�lios alimenta�o e natalidade, vencimentos, f�rias indenizadas, GAJ, adicional qualifica�o, FC, substitui�o, servi�o extraordin�rio	1.895.031,35	Pessoal Ativo
		611.582,49	Pessoal Inativo
	Obriga�o Patronal - PSSS e FUNPRESP	197.428,04	Obr.Patr.
	<b>Subtotal 9</b>	<b>2.704.041,88</b>	
<b>EAP 041/17</b>	Atualiza�o Monet�ria – 89/91	1.231.928,42	Pessoal Ativo
		2.448.803,59	Pessoal Inativo
	Obriga�o Patronal	252.545,32	PSSS
	<b>Subtotal 10</b>	<b>3.933.277,33</b>	
<b>EAP 042/17</b>	Proventos, Abono perman�ncia, pens�es estatut�rias	337.222,73	Inativo
		1.652.823,92	Pensionista
	<b>Subtotal 11</b>	<b>1.990.046,65</b>	
<b>EAP 043/17</b>	Vantagem Art. 184 - Classistas	379.210,63	Inativo
		519.069,80	Pensionista
	<b>Subtotal 12</b>	<b>898.280,43</b>	
<b>EAP 044/17</b>	Passivos diversos	648,28	Ativo
		26.053.533,62	Inativo
		7.873.378,57	Pensionista
	Obriga�o Patronal	2.640.142,62	PSSS
	<b>Subtotal 13</b>	<b>36.567.703,09</b>	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>TOTAL</b> (subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13)	<b>87.143.810,14</b>	
--	----------------------	--

### 2.1.1.3. Restos a Pagar – Pessoal

Das despesas de exercícios anteriores indicadas no quadro acima, foram inscritos em Restos a Pagar não Processados os seguintes montantes:

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>		<b>Valor - R\$</b>	<b>OBS</b>
<b>EAP 004/10</b>	URV	Ativo Ob. Patronal	24.335,45 1.596,32	2017NE002604 (3190.92.11) 2017NE002662 (3190.92.13)
	<b>Subtotal 1</b>		<b>25.931,77</b>	
<b>EAP 005/10</b>	PAE – Parcela Autônoma de Equivalência	Ativo	206.719,33	2017NE002789/2017NE002797 (3190.92.11)
		Inativo	4.891.092,42	2017NE002296/2017NE002842 (3190.92.01)
		Pensionista	310.449,36	2017NE002296 (3190.92.03)
		Ob. Patronal	16.689,33	2017NE002793/2017NE002798 (3191.92.13)
<b>Subtotal 2</b>		<b>5.424.950,44</b>		
<b>EAP 022/15</b>	ATS – Magistrado	Ativo	2.780,96	2017NE002786/2017NE002795 (3190.92.11)
		Inativo	73,56	2017NE002787 (3190.92.01)
		Obr. Patronal	466,57	2017NE002788 (3191.92.13)
<b>Subtotal 3</b>		<b>3.321,09</b>		
<b>EAP 040/17</b>	Passivos diversos	Ativo	40.193,33	2017NE002697 (3190.92.11)
		Obr. Patronal	1.064,34	2017NE002655 (3191.92.13)
<b>Subtotal 4</b>		<b>41.257,67</b>	#	
<b>EAP 041/17</b>	Atualização Monetária – 89/91	Ativo	6.257,36	2017NE002819 (3190.92.11)
		Obr. Patr.	1.282,76	2017NE002820 (3191.92.13)
<b>Subtotal 5</b>		<b>7.540,12</b>		
<b>EAP 042/17</b>		Pensionista	11.422,53	2017NE002603 (3190.92.03)
		<b>Subtotal 6</b>		<b>11.422,53</b>
<b>EAP 043/17</b>		Pensionista	14.703,64	2017NE002606 (3190.92.03)
		<b>Subtotal 7</b>		<b>14.703,64</b>
<b>EAP 044/17</b>	Passivos diversos	Ativo	648,28	2017NE002805 (3190.92.11)
		Inativo	26.053.533,62	2017NE002829/2017NE002832/2017NE002834
		Pensionista	7.873.378,57	2017NE002837/2017NE002839/2017NE002840
		Obr. Patr.	2.640.142,62	2017NE002806/2017NE002868 (3191.92.13)
<b>Subtotal 8</b>		<b>36.567.703,09</b>		
<b>TOTAIS</b> (subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8)			<b>42.096.830,35</b>	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Das demais despesas com pessoal, restaram inscritos em restos a pagar os montantes abaixo relacionados, no total de R\$ 15.141.284,34.

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor - R\$</b>	<b>OBS.</b>
Folha de Pagamento	Despesas com pessoal ativo	15.000,00	2017NE000011 (3190.07)
		2.272.943,33	2017NE000001 (3190.11)
		4.564.287,59	2017NE000009 (3190.16)
	<b>Subtotal 1</b>	<b>6.852.230,92</b>	
Folha de Pagamento	Despesas com aposentadorias e pensões	5.151.282,52	2017NE001789 (3190.01)
		1.120.000,00	2017NE001790 (3190.03)
	<b>Subtotal 2</b>	<b>6.271.282,52</b>	
Folha de Pagamento	Encargo Patronal Previdenciários	2.017.770,90	2017NE000012 (3191.13)
	<b>Subtotal 3</b>	<b>2.017.770,90</b>	
<b>TOTAIS (subtotais 1+2+3)</b>		<b>15.141.284,34</b>	

Destarte, o valor total empenhado e inscrito em restos a pagar para despesas com pessoal, referente a passivos de exercícios anteriores e despesas normais, perfaz o montante de R\$ 57.238.114,69, sintetizado abaixo:

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor - R\$</b>	<b>OBS.</b>
Despesas com pessoal ativo	Folha normal	6.852.230,92	3190.07 / 3190.11 / 3190.16
	Folha de despesas de exercícios anteriores	280.934,71	3190.92
	<b>Subtotal 1</b>	<b>7.133.165,63</b>	
Despesas com aposentadorias e pensões	Folha normal	6.271.282,52	3190.01 / 3190.03
	Folha de despesas de exercícios anteriores	39.154.653,70	3190.92.01
	<b>Subtotal 2</b>	<b>45.425.936,22</b>	
Encargo Patronal Previdenciários	Folha normal	2.017.770,90	3191.13
	Folha de despesas de exercícios anteriores	2.661.241,94	3191.92
	<b>Subtotal 3</b>	<b>4.679.012,84</b>	
<b>TOTAIS (subtotais 1+2+3)</b>		<b>57.238.114,69</b>	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

2.1.1.4. Síntese das Despesas com Pessoal

Segue o quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas, e Obrigação Patronal, em relação à dotação autorizada:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Crédito Suplementar	Total do Orçamento 2017	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário
			R\$	R\$	R\$	Liquidada R\$	RAP R\$	R\$
			a	b	c = a + b	d	e	f = c - d - e
Pessoal Ativo da União	084984	3190/91	1.149.237.421,00	167.066.668,00	1.316.304.089,00	1.309.167.364,90	7.136.724,10	0,00
Aposentadorias e Pensões	084985	3190	494.459.368,00	143.755.169,00	638.214.537,00	592.788.600,78	45.425.936,22	0,00
Contribuições da União p/ o PSSS	127737	3191	209.523.530,00	37.010.260,00	246.533.790,00	230.053.618,09	4.675.454,37	11.804.717,54
<b>TOTAL</b>			<b>1.853.220.319,00</b>	<b>347.832.097,00</b>	<b>2.201.052.416,00</b>	<b>2.132.009.583,77</b>	<b>57.238.114,69</b>	<b>11.804.717,54</b>

2.1.2. Das Despesas de Custeio e Capital

2.1.2.1. Créditos Orçamentários para Custeio e Capital

Para as Despesas de Custeio e Capital, foi aprovado na Lei Orçamentária para 2017 o montante de R\$ 399.603.439,00, conforme demonstrado:





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>Orçamento para Outras Despesas Correntes e Capital</b>					
<b>Programas de Trabalho</b>		<b>UG</b>	<b>Dotação Inicial (R\$)</b>		<b>Total (R\$)</b>
			<b>Custeio</b>	<b>Capital</b>	
ACIT	Aprec. de Causas na Just. do Trab.	080010	213.640.124,00	14.522.026,00	228.162.150,00
	Capacitação de Recursos Humanos	080010	969.909,00	0,00	969.909,00
	Formação e Aperf. de Magistrados	080032	780.586,00	0,00	780.586,00
	<b>Sub total - ACJT</b>		<b>215.390.619,00</b>	<b>14.522.026,00</b>	<b>229.912.645,00</b>
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade		080010	825.348,00	0,00	825.348,00
Auxílio Alimentação		080010	65.568.048,00	0,00	65.568.048,00
Auxílio Transporte		080010	3.139.608,00	0,00	3.139.608,00
Assistência Pré Escolar		080010	8.597.700,00	0,00	8.597.700,00
Assistência Médica		080010	44.641.740,00	0,00	44.641.740,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		080010	20.204.400,00	0,00	20.204.400,00
Comunicação e Divulgação Institucional		080010	531.203,00	20.000,00	551.203,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		080010	26.162.747,00	0,00	26.162.747,00
<b>TOTAL</b>			<b>385.061.413,00</b>	<b>14.542.026,00</b>	<b>399.603.439,00</b>
			<b>399.603.439,00</b>		
<i>Programas de Trabalho Resumidos (PTRES): 107691 -Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; 084993 - Capacitação de Recursos Humanos; 084994 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; 084986 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade; 084989 - Auxílio Alimentação; 084988 - Auxílio Transporte; 084987 - Assistência Pré Escolar; 084990 - Assistência Médica; 084983 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; 107692 - Comunicação e Divulgação Institucional; 110766 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</i>					
<i>UG: 080010 – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; 080032 – Escola Judicial do TRT da 2ª Região</i>					

O total orçamentário (R\$ 399.603.439,00), segregado por Unidade Gestora, segue abaixo:

<b>Unidade Gestora - UG</b>	<b>Dotação - R\$</b>
080010 – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	398.822.853,00
080032 – Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	780.586,00
<b>Total</b>	<b>399.603.439,00</b>

Ocorreram, ainda, concessões a este Tribunal de créditos suplementares sem oferecimento de recursos próprios, no importe de R\$ 5.151.817,00, para as



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

despesas de custeio.

Esses créditos e sua destinação estão demonstrados no quadro a seguir:

Atividade	PTR	Crédito Adicional		Natureza da Despesa	Valor
		Tipo	Origem		
Assist. Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e Seus Dependentes	084990	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	3.144.351,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	084983	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	1.083.837,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	110766	Suplementar	Recursos Tesouro (Fonte 100)	3390	923.629,00
<b>TOTAL</b>					<b>5.151.817,00</b>

Ainda, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos orçamentários, houve solicitação e liberação de créditos suplementares para despesas correntes e de capital, mediante oferecimento de recursos compensatórios das Ações constantes do Orçamento deste Órgão, conforme abaixo discriminado:

Demonstrativo de Créditos Adicionais com Oferecimento de Recursos pelo TRT							
Recursos Oferecidos				Recursos Recebidos			
Data do Pedido	PTR	Elemento da Despesa	Valor R\$	Data do Crédito	PTR	Elemento da Despesa	Valor R\$
24/10/2017	107692	3390	(165.000,00)	24/10/2017	110766	3390	165.000,00
24/10/2017	107692	3390	(30.000,00)	22/11/2017	107692	4490	30.000,00
	107691	3390	(2.500.000,00)		107691	4490	2.500.000,00
16/11/2017	084994	3390	(30.000,00)	30/11/2017	110766	3390	30.000,00
17/11/2017	107691	3390	* (5.000.000,00)		107691	4490	* 5.000.000,00



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Demonstrativo de Créditos Adicionais com Oferecimento de Recursos pelo TRT							
Recursos Oferecidos				Recursos Recebidos			
Data do Pedido	PTR	Elemento da Despesa	Valor R\$	Data do Crédito	PTR	Elemento da Despesa	Valor R\$
16/11/2017	084986	3390	(59.000,00)	01/12/2017	084990	3390	1.502.000,00
	084987	3390	(146.000,00)				
	084988	3390	(193.000,00)				
	084989	3390	(1.104.000,00)				
04/12/2017	084994	3390	(170.000,00)	04/12/2017	084993	3390	170.000,00
24/10/2017	107691	3390	(2.130.000,00)	21/12/2017	084983	3390	2.130.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>(11.527.000,00)</b>	<b>TOTAL</b>			<b>11.527.000,00</b>

\* Recursos correspondentes às Fontes 100 - Recursos do Tesouro (R\$ 4.000.000,00) e Fonte 181 - Recursos de Convênios (R\$ 1.000.000,00)

Destarte, a composição dos créditos adicionais recebidos em 2017, destinados às despesas de custeio e capital, está sintetizada no quadro que segue:

Tipo dos Créditos Adicionais	Origem do Recursos	Natureza da Despesa	Recurso		Observação
			Fonte	Valor - R\$	
Suplementar	Tesouro	3390	F 100	5.151.817,00	Crédito atendido com recursos do Tesouro
Suplementar	Próprio	3390	F 100	- 10.527.000,00	Recursos orçamentários próprios oferecidos para a concessão de créditos suplementares, visando a adequação orçamentária
		3390	F 181	- 1.000.000,00	
		3390	F 100	3.997.000,00	
		4490	F 100	6.530.000,00	
		4490	F 181	1.000.000,00	
<b>Saldo</b>				<b>5.151.817,00</b>	

Assim, o saldo final dos créditos adicionais para custeio e capital, de R\$ 5.151.817,00, corresponde ao somatório dos créditos recebidos sem oferecimento de recursos orçamentários (R\$ 5.151.817,00) e dos créditos recebidos mediante



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

o oferecimento de recursos compensatórios próprios (R\$ 11.527.000,00), excluindo-se os recursos próprios oferecidos por ocasião da solicitação de créditos suplementares (R\$ 11.527.000,00).

Assim sendo, somando-se o total dos créditos adicionais à dotação inicialmente aprovada na L.O.A., de R\$ 399.603.439,00, obtém-se o total orçamentário de R\$ 404.755.256,00, no exercício de 2017, conforme demonstrado abaixo.

Programas de Trabalho	UG	Natureza da Despesa	Dotação Inicial - R\$ (a)	Créditos Suplementares - R\$		Total - R\$ (d)=(a)+(b)-(c)	
				Recebidos (b)	Oferecidos (c)		
				ACIT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR - 107691)		080010
			4490	14.522.026,00	7.500.000,00	0,00	22.022.026,00
	Capacitação de Recursos Humanos (PTR - 084993)	080010	3390/91	969.909,00	170.000,00	0,00	1.139.909,00
	Formação e Aperf. de Magistrados (PTR - 084994)	080032	3390/91	780.586,00	0,00	-200.000,00	580.586,00
	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade (PTR - 084986)	080010	3390	825.348,00	0,00	-59.000,00	766.348,00
	Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares (PTR - 084989)	080010	3390	65.568.048,00	0,00	-1.104.000,00	64.464.048,00
	Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares (PTR - 084988)	080010	3390	3.139.608,00	0,00	-193.000,00	2.946.608,00
	Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares (PTR - 084987)	080010	3390	8.597.700,00	0,00	-146.000,00	8.451.700,00
	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (PTR - 084983)	080010	3390/91	20.204.400,00	3.213.837,00	0,00	23.418.237,00
	Assist. Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes (PTR - 084990)	080010	3390	44.641.740,00	4.646.351,00	0,00	49.288.091,00
	Comunicação e Divulgação Institucional (PTR - 107692)	080010	3390	531.203,00	0,00	-195.000,00	336.203,00
4490			20.000,00	30.000,00	0,00	50.000,00	
	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (PTR 110766)	080010	3390	26.162.747,00	1.118.629,00	0,00	27.281.376,00
<b>TOTAL ORÇ. TRT 2ª R. p/ O.C.C.</b>				<b>399.603.439,00</b>	<b>16.678.817,00</b>	<b>-11.527.000,00</b>	<b>404.755.256,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

O saldo final dos créditos adicionais recebidos para custeio e capital, de R\$ 5.151.817,00, representa 1,29% de acréscimo ao total dos créditos inicialmente autorizados para 2017 (R\$ 399.603.439,00) e também corresponde a 1,27% da dotação final autorizada (R\$ 404.755.256,00).

**2.1.2.2. Da Execução Orçamentária das Despesas de Custeio e Capital**

A dotação orçamentária para 2017 destinada às despesas de custeio e capital foi utilizada com despesas contratuais de caráter contínuo (aluguéis, contratação de mão de obra para serviços de limpeza, vigilância e segurança, manutenção predial, informática, manutenção de veículos e de equipamentos diversos, etc) e novos contratos limitados ao exercício financeiro, bem como outras despesas continuadas como serviços públicos (água, energia elétrica, telefonia, etc) e ainda novas aquisições de bens (consumo e capital) e serviços necessários ao funcionamento administrativo e jurisdicional do Órgão.

Do total orçamentário consignado na LOA/2017 diretamente a este Tribunal para as despesas com custeio e capital (R\$ 404.755.256,00), foram utilizados R\$ 400.636.433,69, tendo sido efetivamente liquidados R\$ 347.647.663,10, inscrito em restos a pagar o total de R\$ 52.988.770,59 e restado sem utilização, na conta Crédito Disponível, o total de R\$ 4.118.822,31.

Além dos gastos normais referentes às despesas de custeio e capital foram viabilizadas despesas na rubrica “Despesas de Exercícios Anteriores”,



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

destacadas a seguir:

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>PTR</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Valor - R\$</b>
EAP n.ºs. 01/17; 28/17 a 30/17	Ajuda de custo	107691	3390.92.93	112.134,64
	<b>Subtotal 1</b>			<b>112.134,64</b>
EAP n.ºs. 006/17; 18/17 a 21/17; 23/17; 24/17; 32/17 a 33/17	Despesas com combustível e pedágio	107691	3390.92.93	4.673,51
	<b>Subtotal 2</b>			<b>4.673,51</b>
EAP n.ºs. 03/17; 09/17 a 15/17; 034/17	Diárias	107691	3390.92.93 3390.92.14	1.926,32 1.629,46
	<b>Subtotal 3</b>			<b>3.555,78</b>
EAP n.ºs. 07/17 026/17 e 31/17	Passagens aérea e rodoviária	107691	3390.92.93	14.668,95
	<b>Subtotal 4</b>			<b>14.668,95</b>
EA n.ºs. 01 a 06/17	Manutenção de veículos, serviços de telefonia, energia elétrica, reajustes contratuais, reembolso de despesas com água e esgoto	107691	3390.92.37 3390.92.39 3390.92.47 3390.92.93	2.187,12 10.032,28 78,24 286,34
	<b>Subtotal 5</b>			<b>12.583,98</b>
EAP n.º 040/17	Gratificação de curso e concurso	084993	3390.92.36	18.358,26
	<b>Subtotal 6</b>			<b>18.358,26</b>
EAP n.ºs. 35/17 e 40/17	Auxílio alimentação	084989	3390.92.46	1.061,35
	<b>Subtotal 7</b>			<b>1.061,35</b>
EAP n.ºs. 05/17 e 40/17	Auxílio natalidade	084986	3390.92.08	6.762,00
	<b>Subtotal 8</b>			<b>6.762,00</b>
<b>TOTAL (Subtotais 1+2+ 3+4+5+6+7+8)</b>				<b>173.798,47</b>
<i>OBS.: 084986 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade 084989 - Auxílio-Alimentação Aos Servidores Civis 084993 – Capacitação De Recursos Humanos 107691 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</i>				



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

2.1.2.3. Restos a Pagar – Custeio e Investimento

Dos valores empenhados e destinados às despesas com custeio e investimentos, inclusive da rubrica de exercícios anteriores, foram inscritos em Restos a Pagar não Processados os seguintes montantes:

<b>PTR</b>	<b>Ação</b>	<b>Natureza Despesa</b>	<b>Valor – R\$</b>
084983	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	339036	1.789.740,43
		339147	357.948,12
	<b>Subtotal 1</b>		<b>2.147.688,55</b>
084986	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	339008	58.613,19
	<b>Subtotal 2</b>		<b>58.613,19</b>
084987	Assistência Pré-escolar	339008	27.227,32
	<b>Subtotal 3</b>		<b>27.227,32</b>
084988	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis	339049	78.155,93
	<b>Subtotal 4</b>		<b>78.155,93</b>
084989	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis	339046	87.173,68
	<b>Subtotal 5</b>		<b>87.173,68</b>
084990	Assistência Médica e Odontológica	339008	21.476,75
		339039	28,98
		339093	132.750,01
	<b>Subtotal 6</b>		<b>154.255,74</b>
084993	Capacitação de Recursos Humanos	339036	35.157,09
		339039	611.224,74
		339092	18.358,26
		339093	24.990,00
<b>Subtotal 7</b>		<b>689.730,09</b>	
084994	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	339030	6.735,00
		339033	7.449,77
		339036	87.799,20
		339039	258.987,81
		339147	135,00
<b>Subtotal 8</b>		<b>361.106,78</b>	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PTR	Ação	Natureza Despesa	Valor – R\$
107691	Apreciação de Causas Na Justiça do Trabalho	339030	868.988,00
		339033	52.151,92
		339036	69.337,06
		339037	12.812.215,82
		339039	14.932.644,58
		339047	34.952,21
		339049	30.727,40
		339093	149.497,24
		339139	13.732,79
		449039	1.922.564,15
		449051	470.000,00
		449052	17.972.179,03
<b>Subtotal 9</b>			<b>49.328.990,20</b>
107692	Comunicação e Divulgação Institucional	339039	20.962,76
	<b>Subtotal 10</b>		<b>20.962,76</b>
110766	Ajuda de Custo Para Moradia ou Auxílio Moradia	339091	22.266,35
		339093	12.600,00
	<b>Subtotal 11</b>		<b>34.866,35</b>
<b>Total (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9+10+11)</b>			<b>52.988.770,59</b>

#### 2.1.2.4. Síntese das Despesas de Custeio e Capital

A execução orçamentária das despesas de Custeio e Capital, realizada com recursos aprovados na Lei Orçamentária para 2017 diretamente a este Tribunal, está sinteticamente demonstrada no quadro a seguir:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Crédito Suplementar	Total do Orçamento para 2017	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário
			R\$	R\$	R\$	Liquidada	RAP	R\$
			(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	R\$	R\$	(f) = (c) - (d) - (e)
Apreciação de Causas na	107691	3390/91	213.640.124,00	-9.630.000,00	204.010.124,00	171.038.651,04	28.964.247,02	4.007.225,94





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Crédito Suplementar	Total do Orçamento para 2017	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário
			R\$	R\$	R\$	Liquidada R\$	RAP R\$	R\$
			(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	(d)	(e)	(f) = (c) - (d) - (e)
Justiça do Trabalho		4490	14.522.026,00	7.500.000,00	22.022.026,00	1.657.158,28	20.364.743,18	124,54
Capacitação de Recursos Humanos	084993	3390/91	969.909,00	170.000,00	1.139.909,00	450.178,91	689.730,09	0,00
Formação e Aperf. de Magistrados	084994	3390/91	780.586,00	-200.000,00	580.586,00	219.479,22	361.106,78	0,00
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	084986	3390	825.348,00	-59.000,00	766.348,00	707.734,81	58.613,19	0,00
Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	084989	3390	65.568.048,00	-1.104.000,00	64.464.048,00	64.376.874,32	87.173,68	0,00
Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	084988	3390	3.139.608,00	-193.000,00	2.946.608,00	2.868.452,07	78.155,93	0,00
Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	084987	3390	8.597.700,00	-146.000,00	8.451.700,00	8.424.472,68	27.227,32	0,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	084983	3390/91	20.204.400,00	3.213.837,00	23.418.237,00	21.270.548,45	2.147.688,55	0,00
Assist. Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	084990	3390	44.641.740,00	4.646.351,00	49.288.091,00	49.133.835,26	154.255,74	0,00
Comunicação e Divulgação Institucional	107692	3390	531.203,00	-195.000,00	336.203,00	233.896,41	20.962,76	81.343,83
		4490	20.000,00	30.000,00	50.000,00	19.872,00	0,00	30.128,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia Agentes Públicos	110766	3390	26.162.747,00	1.118.629,00	27.281.376,00	27.246.509,65	34.866,35	0,00
<b>TOTAL ORÇ. TRT 2ª R. p/ O.C.C.</b>			<b>399.603.439,00</b>	<b>5.151.817,00</b>	<b>404.755.256,00</b>	<b>347.647.663,10</b>	<b>52.988.770,59</b>	<b>4.118.822,31</b>

(\*) Os valores dos créditos suplementares são líquidos, já considerados os montantes Recebidos e Oferecidos



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

## **2.2. Das Despesas Realizadas com Descentralizações-Provisões e Destaques**

### **2.2.1. Das Despesas com Provisões**

#### **2.2.1.1. Créditos Orçamentários Descentralizados – Provisões**

Em 2017, os créditos orçamentários concedidos a este Tribunal mediante Provisões totalizaram R\$ 23.754.874,45, dos quais foram utilizados R\$ 23.653.739,58 (99,57%), sendo liquidados R\$ 22.782.545,24 (95,91%) e inscritos em restos a pagar R\$ 871.194,34 (3,67). O saldo não utilizado, de R\$ 101.134,87 (0,43%), consta registrado na conta contábil 62.211.00.00 - Crédito Disponível.

As descentralizações desses créditos orçamentários a este Tribunal foram efetuadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, estando discriminadas a seguir.

- Descentralizações do Tribunal Superior do Trabalho – TST – UG 080001

O Tribunal Superior do Trabalho descentralizou recursos, no montante de R\$ 11.687.832,67. Desse total, os montantes de R\$ 3.076.229,67 e R\$ 8.611.603,00 foram destinados a despesas de custeio (Natureza de Despesa 3390) e investimentos (Natureza de Despesa 4490), respectivamente, distribuídos nas Atividades “Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação” – PTR 084847, “ACJT - Programa Trabalho Seguro” – PTR 084852 e “ACJT - Combate ao Trabalho Infantil e de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Estímulo à Aprendizagem" – PTR 127285.

Ainda, do total descentralizado, não foram utilizados R\$ 101.134,87, registrados na conta Crédito Disponível.

- Descentralizações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – UG 080017

Quanto aos recursos descentralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, estes totalizaram R\$ 12.067.041,78, destinados às despesas de pessoal (Natureza de Despesa 3190), custeio (Natureza de Despesa 3390) e investimentos (Natureza de Despesa 4490), nos montantes respectivos de R\$ 7.513.611,95, R\$ 497.508,20 e R\$ 4.055.921,63, relativos aos Projetos "Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJE" – PTR 085124 e "Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho" – PTR 085122 bem como à Operação Especial "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor" – PTR 090162.

#### 2.2.1.2. Da Execução Orçamentária das Provisões Recebidas

As Provisões decorrentes das descentralizações efetuadas foram destinadas à execução de despesas de pessoal, custeio e capital nas seguintes Ações (Atividades, Projetos e Operação Especial):

a) Atividades

- "Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação" (PTR 084847);



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

- "Trabalho Seguro " (PTR 084852);
  
  - “Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem” (PTR 127285).
- b) Projetos
- "Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE " (PTR 085124);
  
  - “Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho” (PTR 085122).
- c) Operação Especial
- “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor” (PTR 090162).

Dos recursos de pessoal (3190), custeio (3390) e investimentos (4490) descentralizados mediante Provisão, no total de R\$ 23.754.874,45, ocorreu a execução percentual de 99,57% (R\$ 23.653.739,58). O montante não utilizado, de R\$ 101.134,87, (0,43%) consta da conta Crédito Disponível.

Quanto à execução orçamentária no exercício de 2017 (R\$ 23.653.739,58), houve a liquidação de 96,32% (R\$ 22.782.545,24), restando inscrito em restos a pagar o correspondente a 3,68% (R\$ 871.194,34).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Segue quadro resumido do total das Provisões, concedidas para as despesas de pessoal (3190), custeio (3390) e investimentos (4490), indicando os totais concedidos, liquidados e saldos não utilizados:

<b>Demonstrativo dos Créditos Descentralizados - Provisão</b>						
Órgão	PTR	Ação	Elemento da Despesa	Valor - (R\$)		
				Concedido	Liquidado	Saldo
TST UG 080001	084847	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3390.39	2.981.729,67	2.958.263,89	23.465,78
			4490.39	254.828,00	254.828,00	0,00
			4490.52	8.356.775,00	8.356.775,00	0,00
	084852	ACJT - Programa Trabalho Seguro	3390.14	6.066,09	6.066,09	0,00
			3390.30	73.433,91	10.455,00	62.978,91
	127285	ACJT - Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	3390.00	14.690,18	0,00	14.690,18
			3390.14	309,82	309,82	0,00
<b>Subtotal 1</b>				<b>11.687.832,67</b>	<b>11.586.697,80</b>	<b>101.134,87</b>
CSJT UG 080017	085122	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	3390.30	8.000,00	8.000,00	0,00
			4490.52	9.654,00	9.654,00	0,00
	085124	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE	3390.39	489.508,20	489.508,20	0,00
			4490.39	375.117,63	375.117,63	0,00
			4490.52	3.671.150,00	3.671.150,00	0,00
	090162	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	3190.91	7.513.611,95	7.513.611,95	0,00
<b>Subtotal 2</b>				<b>12.067.041,78</b>	<b>12.067.041,78</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL (subtotais 1+2)</b>				<b>23.754.874,45</b>	<b>23.653.739,58</b>	<b>101.134,87</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

2.2.2. Das Despesas com Destaques

Conforme disposto no artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O. para o exercício de 2017 (Lei nº 13.408/2016), foram destinados créditos orçamentários para o pagamento de precatórios da Administração Direta e Indireta, disponibilizados a este Tribunal mediante descentralizações por meio de “Destaques”.

No decorrer do exercício de 2017, os créditos orçamentários concedidos a este Tribunal mediante Destaques totalizaram R\$ 163.331.486,00, dos quais foram utilizados R\$ 158.784.695,74 (97,22%), liquidados integralmente no exercício. O saldo não utilizado de R\$ 4.546.790,26 (2,78%) consta registrado na conta contábil 62.211.00.00 - Crédito Disponível.

O montante total descentralizado (R\$ 163.331.486,00) foi destinado ao pagamento da Operação Especial “Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas”, referente aos precatórios federais da Administração Direta e Indireta.

Segue abordagem quanto ao recebimento, a utilização e o saldo não utilizado, referente às descentralizações por Destaque destinadas ao pagamento dos aludidos precatórios:

- Precatórios da Administração Direta, no valor total de R\$ 146.805.016,00
  - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional (PTR 090161).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

- Precatórios da Administração Indireta, no valor total de R\$ 16.526.470,00
  - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional (PTR 086045, 089378, 127394 e 127616): R\$ 3.604.662,00
  - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0005.0035 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado de São Paulo (PTR 086739): R\$ 12.921.808,00

#### 2.2.2.1. Destaques Recebidos

Em 2017, as movimentações dos créditos orçamentários descentralizados a este Tribunal mediante Destaque, foram originárias das Unidades Orçamentárias a seguir discriminadas.

- Precatórios da Administração Direta, no valor total de R\$ 146.805.016,00
  - Descentralizações da União Federal (Órgãos extintos) – UF

Da União Federal, foram descentralizados recursos para o pagamento de ações relacionadas a Órgãos extintos, que totalizaram R\$ 146.805.016,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional – PTR 090161.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

- Precatórios da Administração Indireta, no valor total de R\$ 16.526.470,00
  - Descentralizações da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

A Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP descentralizou recursos, no montante de R\$ 12.921.808,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0035 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado de São Paulo (PTR 086739).

- Descentralizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE descentralizou recursos, no montante de R\$ 435.123,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional (PTR 086045).

- Descentralizações do Banco Central do Brasil – BACEN

O Banco Central do Brasil – BACEN descentralizou recursos, no montante de R\$ 547.993,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional (PTR 086378).

- Descentralizações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA descentralizou recursos, no montante de R\$ 618.147,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional (PTR 127394).

- Descentralizações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS descentralizou recursos, no montante de R\$ 2.003.399,00, destinados à Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional (PTR 127616).

#### 2.2.2.2. Da Execução Orçamentária dos Destaques Recebidos

O total geral dos Destaques (R\$ 163.331.486,00), sua utilização (R\$ 158.784.695,74) e saldos não utilizados (R\$ 4.546.790,26), seguem demonstrados:

Demonstrativo dos Créditos Descentralizados - Destaques					
Ação	Órgão	PTR	Valor - (R\$)		
			Concessão	Utilização	Saldo
28.846.0901.0005.0035- Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado de São Paulo	UNIFESP	086739	12.921.808,00	12.716.320,68	205.487,32
28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais	IBGE	086045	435.123,00	429.417,99	5.705,01



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>Demonstrativo dos Créditos Descentralizados - Destaques</b>					
<b>Ação</b>	<b>Órgão</b>	<b>PTR</b>	<b>Valor - (R\$)</b>		
			<b>Concessão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo</b>
Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	BACEN	089378	547.993,00	540.808,86	7.184,14
	UF	090161	146.805.016,00	142.510.968,96	4.294.047,04
	INCRA	127394	618.147,00	610.042,90	8.104,10
	INSS	127616	2.003.399,00	1.977.136,35	26.262,65
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>163.331.486,00</b>	<b>158.784.695,74</b>	<b>4.546.790,26</b>

Das descentralizações ocorridas, o saldo não utilizado (R\$ 4.546.790,26) consta registrado na conta contábil 62.211.00.00 - Crédito Disponível.

### 2.2.3. Restos a Pagar – Provisões e Destaques

Com referência às descentralizações orçamentárias (Provisões e Destaques), os valores empenhados e destinados às despesas com pessoal, custeio e investimento que foram inscritos em Restos a Pagar não Processados seguem demonstrados:

<b>Descentralização</b>	<b>PTR</b>	<b>Ação</b>	<b>Natureza Despesa</b>	<b>Valor – R\$</b>
<b>PROVISÕES</b>	084847	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3390.39	569.937,58
		<b>Subtotal 1</b>		<b>569.937,58</b>
	084852	Programa Trabalho Seguro	3390.30	10.455,00
		<b>Subtotal 2</b>		<b>10.455,00</b>
	085122	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	3390.30	8.000,00
			4490.52	9.654,00
		<b>Subtotal 3</b>		<b>17.654,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Descentralização	PTR	Ação	Natureza Despesa	Valor – R\$
	085124	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJE	3390.39	30.376,36
			4490.39	242.771,40
		<b>Subtotal 4</b>		<b>273.147,76</b>
<b>TOTAL (Subtotais 1+2+3+4)</b>				<b>871.194,34</b>
<i>OBS.: Não houve inscrição em restos a pagar das descentralizações realizadas mediante Destaque</i>				

#### 2.2.4. Síntese das Despesas com Descentralizações – Provisões e Destaques

Considerando as movimentações orçamentárias acima expostas, segue quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas realizadas com as descentralizações (Provisões e Destaques) ocorridas durante o exercício:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Crédito Suplementar	Total do Orçamento para 2017	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário
			R\$	R\$	R\$	Liquidada R\$	RAP R\$	
			(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	(d)	(e)	(f) = (c) - (d) - (e)
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – No Estado de São Paulo	086739	3190	12.921.808,00	0,00	12.921.808,00	12.716.320,68	0,00	205.487,32
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional	086045	3190	435.123,00	0,00	435.123,00	429.417,99	0,00	5.705,01
	089378	3190	547.993,00	0,00	547.993,00	540.808,86	0,00	7.184,14
	090161	3190	146.805.016,00	0,00	146.805.016,00	142.510.968,96	0,00	4.294.047,04
	127394	3190	618.147,00	0,00	618.147,00	610.042,90	0,00	8.104,10
	127616	3190	2.003.399,00	0,00	2.003.399,00	1.977.136,35	0,00	26.262,65
<b>TOTAL 1 - Destaque</b>			<b>163.331.486,00</b>	<b>0,00</b>	<b>163.331.486,00</b>	<b>158.784.695,74</b>	<b>0,00</b>	<b>4.546.790,26</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natura da Despesa	Dotação Inicial	Crédito Suplementar	Total do Orçamento para 2017	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário
			R\$	R\$	R\$	Liquidada R\$	RAP R\$	
			(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	(d)	(e)	(f) = (c) - (d)-(e)
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	084847	3390	3.256.111,02	- 274.381,35	2.981.729,67	2.388.326,31	569.937,58	23.465,78
		4490	8.611.603,00	0,00	8.611.603,00	8.611.603,00	0,00	0,00
Programa Trabalho Seguro	084852	3390	79.500,00	0,00	79.500,00	6.066,09	10.455,00	62.978,91
Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	127285	3390	15.000,00	0,00	15.000,00	309,82	0,00	14.690,18
<b>Subtotal 1 - Provisões TST</b>			<b>11.962.214,02</b>	<b>- 274.381,35</b>	<b>11.687.832,67</b>	<b>11.006.305,22</b>	<b>580.392,58</b>	<b>101.134,87</b>
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	085122	3390	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00
		4490	9.654,00	0,00	9.654,00	0,00	9.654,00	0,00
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJE	085124	3390	489.509,52	- 1,32	489.508,20	459.131,84	30.376,36	0,00
		4490	4.268.590,27	- 222.322,64	4.046.267,63	3.803.496,23	242.771,40	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - SPV	090162	3391	7.588.500,00	- 74.888,05	7.513.611,95	7.513.611,95	0,00	0,00
<b>Subtotal 2 - Provisões CSJT</b>			<b>12.364.253,79</b>	<b>- 297.212,01</b>	<b>12.067.041,78</b>	<b>11.776.240,02</b>	<b>290.801,76</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL 2 – Provisões (CSJT+TST)</b>			<b>24.326.467,81</b>	<b>- 571.593,36</b>	<b>23.754.874,45</b>	<b>22.782.545,24</b>	<b>871.194,34</b>	<b>101.134,87</b>
<b>TOTAL GERAL</b> (Totais 1: Destaque + 2: Provisões)			<b>187.657.953,81</b>	<b>- 571.593,36</b>	<b>187.086.360,45</b>	<b>181.567.240,98</b>	<b>871.194,34</b>	<b>4.647.925,13</b>

### 3. Resumo Geral da Programação e Execução Orçamentária e Financeira

O Quadro abaixo demonstra as metas e os resultados alcançados por meio das Ações efetivadas pelos programas governamentais "Prestação Jurisdicional Trabalhista", "Previdência de Inativos e Pensionistas da União" e "Operações Especiais: Sentenças Judiciais", destacando o volume de recursos disponibilizados a este Tribunal,



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

inclusive descentralizações (Provisões e Destaques), e as metas físicas previstas e realizadas, conforme registros na Lei Orçamentária Anual e no Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP:

<b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA</b>					R\$ 1,00
<b>PROGRAMA: 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA</b>					
<b>TÍTULO</b>	<b>PROGRAMAÇÃO</b>		<b>EXECUÇÃO</b>		
	<b>Financeira <sup>1</sup></b>	<b>Física <sup>2</sup></b>	<b>Financeira <sup>3</sup></b>	<b>Física <sup>4</sup></b>	
<b>ATIVIDADES</b>					
20TP - Pessoal Ativo da União	1.316.304.089,00	-	1.316.304.089,00	-	
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	27.281.376,00	510	27.281.376,00	526	
4256 - ACJT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	226.032.150,00	529.957	222.024.799,52	662.748
	Capacitação de Recursos Humanos	1.139.909,00	4.610	1.139.909,00	6.461
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	580.586,00	726	580.586,00	1.024
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	49.288.091,00	17.303	49.288.091,00	17.736	
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.451.700,00	1.025	8.451.700,00	1.076	
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.946.608,00	1.344	2.946.608,00	1.186	
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	64.464.048,00	6.181	64.464.048,00	6.020	
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	23.418.237,00	16.896	23.418.237,00	22.816	
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	386.203,00	1.272	274.731,17	1.303	
2C73 - Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	11.593.332,67	-	11.569.866,89	-	
4256 – ACJT - Trabalho Seguro	79.500,00	-	16.521,09	-	
4256 – ACJT - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem	15.000,00	-	309,82	-	
<b>Subtotal – Atividade</b>	<b>1.731.980.829,67</b>		<b>1.727.760.872,49</b>		
<b>PROJETOS</b>					
151Y - Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJE	4.535.775,83	-	4.535.775,83	-	
1P66 - Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	17.654,00	-	17.654,00	-	
<b>Subtotal – Projetos</b>	<b>4.553.429,83</b>		<b>4.553.429,83</b>		
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>					
00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	766.348,00	-	766.348,00	-	
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	246.533.790,00	-	234.729.072,46	-	
<b>Subtotal – Operações Especiais</b>	<b>247.300.138,00</b>		<b>235.495.420,46</b>		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>TOTAL 1 – Programa 0571</b>		<b>1.983.834.397,50</b>		<b>1.967.809.722,78</b>	-
<b>PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO</b>					
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO		
	Financeira <sup>1</sup>	Física <sup>2</sup>	Financeira <sup>3</sup>	Física <sup>4</sup>	
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>					
0181 - Aposentadorias e Pensões – Servidores Cívicos	638.214.537,00	-	638.214.537,00		-
<b>TOTAL 2 – Programa 0089</b>	<b>638.214.537,00</b>	-	<b>638.214.537,00</b>		-
<b>PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>					
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO		
	Financeira <sup>1</sup>	Física <sup>2</sup>	Financeira <sup>3</sup>	Física <sup>4</sup>	
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>					
0005- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Administração Direta e Indireta	163.331.486,00	-	158.784.695,74		-
0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	7.513.611,95	-	7.513.611,95		-
<b>TOTAL 3 – Programa 0901</b>	<b>170.845.097,95</b>		<b>166.298.307,69</b>		-
<b>TOTAL GERAL (Programas 0571+0089+0901)</b>	<b>2.792.894.032,45</b>		<b>2.772.322.567,47</b>		
<b>Fonte:</b> SIAFI					
<b>Notas:</b> • <sup>1</sup> Dotação Autorizada, <sup>2</sup> Metas previstas na LOA, <sup>3</sup> Despesa Realizada, <sup>4</sup> Execução das metas previstas. • Os dados referentes à “PROGRAMAÇÃO” correspondem aos publicados na L.O.A. para 2017 – Lei nº 13.414/17, aos créditos suplementares e às descentralizações de créditos (provisões e destaques)					

Finalizando, apresentamos a seguir a síntese orçamentária dos recursos recebidos, executados e saldos não utilizados, destinados às despesas de pessoal, custeio e precatórios.

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$	Crédito Suplementar R\$	Total do Orçamento/2017 R\$	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário R\$
			a	b	c = a + b	Liquidada R\$	RAP R\$	f = c - d - e
<b>1 - Pessoal</b>								
Pagamento de Pessoal Ativo da União	084984	3190/3191	1.149.237.421,00	167.066.668,00	1.316.304.089,00	1.309.167.364,90	7.136.724,10	0,00
Aposentadorias e Pensões	084985	3190	494.459.368,00	143.755.169,00	638.214.537,00	592.788.600,78	45.425.936,22	0,00
Contribuições da União p/ o PSSS	127737	3191	209.523.530,00	37.010.260,00	246.533.790,00	230.053.618,09	4.675.454,37	11.804.717,54
<b>TOTAL 1 – Orçamento de Pessoal</b>			<b>1.853.220.319,00</b>	<b>347.832.097,00</b>	<b>2.201.052.416,00</b>	<b>2.132.009.583,77</b>	<b>57.238.114,69</b>	<b>11.804.717,54</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$	Crédito Suplementar R\$	Total do Orçamento/2017 R\$	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário R\$
			a	b	c = a + b	Liquidada R\$	RAP R\$	f = c - d - e
<b>2 - Outros Custeios e Capital – OCC (exceto Provisões e Destaques)</b>								
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	107691	3390/3391	213.640.124,00	-9.630.000,00	204.010.124,00	171.038.651,04	28.964.247,02	4.007.225,94
		4490	14.522.026,00	7.500.000,00	22.022.026,00	1.657.158,28	20.364.743,18	124,54
Capacitação de Recursos Humanos	084993	3390/3391	969.909,00	170.000,00	1.139.909,00	450.178,91	689.730,09	0,00
Formação e Aperf. de Magistrados	084994	3390/91	780.586,00	-200.000,00	580.586,00	219.479,22	361.106,78	0,00
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	084986	3390	825.348,00	-59.000,00	766.348,00	707.734,81	58.613,19	0,00
Auxílio Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	084989	3390	65.568.048,00	-1.104.000,00	64.464.048,00	64.376.874,32	87.173,68	0,00
Auxílio Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	084988	3390	3.139.608,00	-193.000,00	2.946.608,00	2.868.452,07	78.155,93	0,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	084987	3390	8.597.700,00	-146.000,00	8.451.700,00	8.424.472,68	27.227,32	0,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	084983	3390/91	20.204.400,00	3.213.837,00	23.418.237,00	21.270.548,45	2.147.688,55	0,00
Assist. Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	084990	3390	44.641.740,00	4.646.351,00	49.288.091,00	49.133.835,26	154.255,74	0,00
Comunicação e Divulgação Institucional	107692	3390	531.203,00	-195.000,00	336.203,00	233.896,41	20.962,76	81.343,83
		4490	20.000,00	30.000,00	50.000,00	19.872,00	0,00	30.128,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	110766	3390	26.162.747,00	1.118.629,00	27.281.376,00	27.246.509,65	34.866,35	0,00
<b>TOTAL 2 – Orçamento para OCC</b>			<b>399.603.439,00</b>	<b>5.151.817,00</b>	<b>404.755.256,00</b>	<b>347.647.663,10</b>	<b>52.988.770,59</b>	<b>4.118.822,31</b>
<b>3 - Orçamento Descentralizado (Provisões e Destaques)</b>								
<b>3.1 - Destaques</b>								
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) – No Estado de São Paulo	086739	3190	12.921.808,00	0,00	12.921.808,00	12.716.320,68	0,00	205.487,32
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	086045	3190	435.123,00	0,00	435.123,00	429.417,99	0,00	5.705,01
	089378	3190	547.993,00	0,00	547.993,00	540.808,86	0,00	7.184,14
	090161	3190	146.805.016,00	0,00	146.805.016,00	142.510.968,96	0,00	4.294.047,04



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$	Crédito Suplementar R\$	Total do Orçamento/2017 R\$	Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário R\$
			a	b	c = a + b	Liquidada R\$	RAP R\$	f = c - d - e
(Precatórios) - Nacional	127394	3190	618.147,00	0,00	618.147,00	610.042,90	0,00	8.104,10
	127616	3190	2.003.399,00	0,00	2.003.399,00	1.977.136,35	0,00	26.262,65
<b>Subtotal 3.1 (Destaque)</b>			<b>163.331.486,00</b>	<b>0,00</b>	<b>163.331.486,00</b>	<b>158.784.695,74</b>	<b>0,00</b>	<b>4.546.790,26</b>
<b>3.2 - Provisões</b>								
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	084847	3390	3.256.111,02	- 274.381,35	2.981.729,67	2.388.326,31	569.937,58	23.465,78
		4490	8.611.603,00	0,00	8.611.603,00	8.611.603,00	0,00	0,00
Programa Trabalho Seguro	084852	3390	79.500,00	0,00	79.500,00	6.066,09	10.455,00	62.978,91
Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	127285	3390	15.000,00	0,00	15.000,00	309,82	0,00	14.690,18
<b>Subtotal 3.2.1 - Provisões TST</b>			<b>11.962.214,02</b>	<b>- 274.381,35</b>	<b>11.687.832,67</b>	<b>11.006.305,22</b>	<b>580.392,58</b>	<b>101.134,87</b>
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	085122	3390	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00
		4490	9.654,00	0,00	9.654,00	0,00	9.654,00	0,00
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho - PJE	085124	3390	489.509,52	- 1,32	489.508,20	459.131,84	30.376,36	0,00
		4490	4.268.590,27	- 222.322,64	4.046.267,63	3.803.496,23	242.771,40	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - SPV	090162	3190	7.588.500,00	- 74.888,05	7.513.611,95	7.513.611,95	0,00	0,00
<b>Subtotal 3.2.2 - Provisões CSJT</b>			<b>12.364.253,79</b>	<b>- 297.212,01</b>	<b>12.067.041,78</b>	<b>11.776.240,02</b>	<b>290.801,76</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Provisões TST + CSJT</b>			<b>24.326.467,81</b>	<b>- 571.593,36</b>	<b>23.754.874,45</b>	<b>22.782.545,24</b>	<b>871.194,34</b>	<b>101.134,87</b>
<b>TOTAL 3 (Destques + Provisões)</b>			<b>187.657.953,81</b>	<b>-571.593,36</b>	<b>187.086.360,45</b>	<b>181.567.240,98</b>	<b>871.194,34</b>	<b>4.647.925,13</b>
<b>TOTAL GERAL (TOTALS 1+2+3)</b>			<b>2.440.481.711,81</b>	<b>352.412.320,64</b>	<b>2.792.894.032,45</b>	<b>2.661.224.487,85</b>	<b>111.098.079,62</b>	<b>20.571.464,98</b>





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

### III. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS

No quadro abaixo estão as metas físicas programadas e executadas, de acordo com os dados inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP para as Atividades 4256 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, composta pelos Planos Orçamentários PO 0 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, PO2 - Capacitação de Recursos Humanos, PO5 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares, 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares, 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional e 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos.*

ÓRGÃO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO - EXERCÍCIO: 2017				
AÇÕES		METAS FÍSICAS		Δ%
		PROGRAMAÇÃO (*)	EXECUÇÃO	
4256 - ACJT	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - ACJT	529.597	662.748	125,14
	Capacitação de Recursos Humanos	4.610	6.461	140,15
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	726	1.024	141,05
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		17.303	17.736	102,50
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares		1.025	1.076	104,98
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		1.344	1.186	88,24
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares		6.181	6.020	97,40
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		16.896	22.816	135,04
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional		1.272	1.303	102,44
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos		510	526	103,14

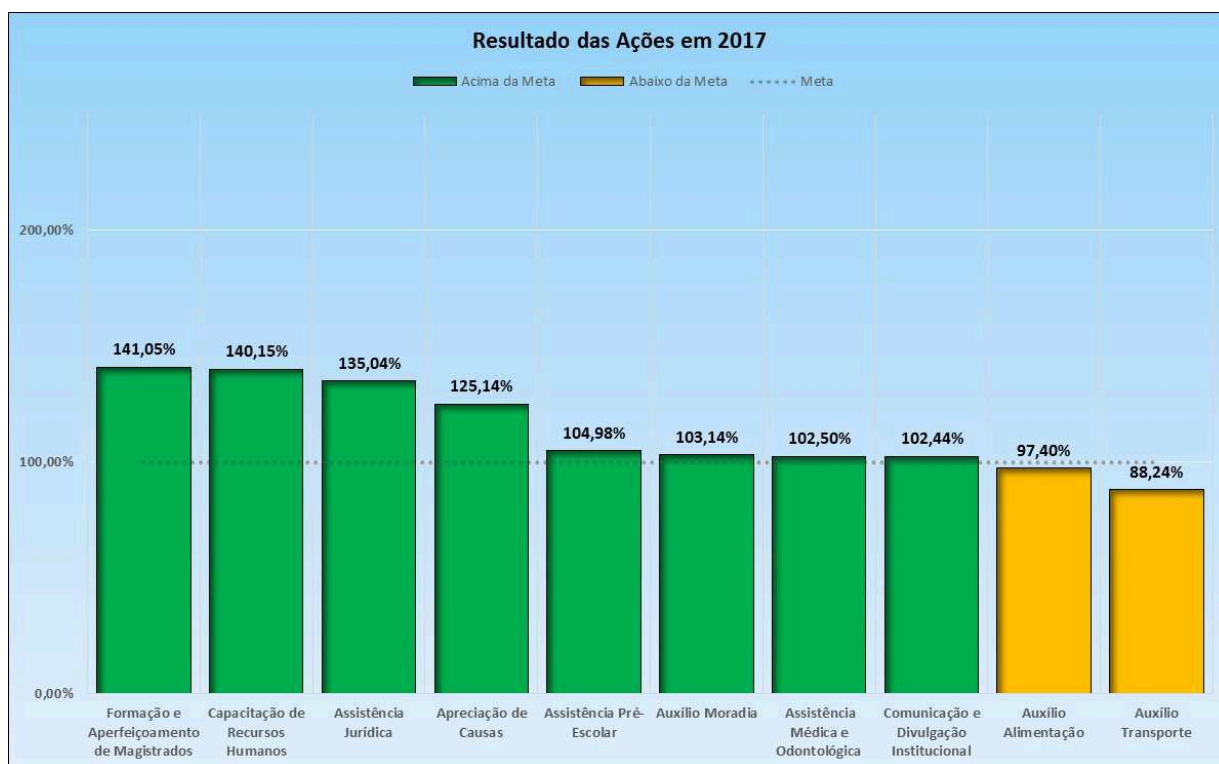
(\*) As Metas iniciais programadas foram ajustadas durante o exercício, em virtude de liberações de créditos



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

suplementares

A representação gráfica evidencia os resultados auferidos no desempenho das Ações, demonstrando o cumprimento das metas planejadas.



Observados os resultados, depreende-se:

**1. Ação 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**

A *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* é uma Atividade consubstanciada pelas despesas concernentes à manutenção dos serviços administrativos, serviços de transportes, conservação de bens imóveis, despesas com



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

informática e qualificação e aperfeiçoamento do pessoal, visando à produtividade e eficácia da atuação profissional junto à sociedade e, ainda, despesas relativas às atividades desenvolvidas pela Escola Judicial, visando atingir o objetivo finalístico da Instituição, medido em “processos julgados”.

Em 2017, a Atividade *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* foi segregada em três Planos Orçamentários: *PO 0 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (ACJT)*, *PO2 - Capacitação de Recursos Humanos (CRH)* e *PO5 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (FAM)*.

No Sistema SIAFI, esses Planos Orçamentários são identificados através dos Programas de Trabalho Resumidos - PTR - 107691 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no Estado de São Paulo*; 084993 - *Capacitação de Recursos Humanos*; 084994 - *Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, o que permitirá a demonstração individualizada das respectivas metas programadas e executadas.

Segue a demonstração das metas dos Planos Orçamentários que compõem esta Atividade.

- *PO0 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR 107691)*

Atividade referente às despesas com diárias e passagens aéreas, ajuda de custo, serviços postais, serviços de utilidade pública (luz, água, telefone e afins), serviços de informática, serviços de vigilância e segurança, serviços de limpeza, aquisição de materiais de expediente, aquisição e manutenção de bens móveis, locação de imóveis, investimentos estruturais, que objetivam prover o Órgão de meios administrativos para implementação e gestão das atividades voltadas ao seu objetivo finalístico.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

A meta para esta Atividade tem como critério a quantidade de processos julgados.

Da expectativa de solucionar 529.597 processos no âmbito desta Justiça, em 2017 foram executados 125,14%, tendo sido julgados 662.748 processos, segundo dados constantes no SIOP.

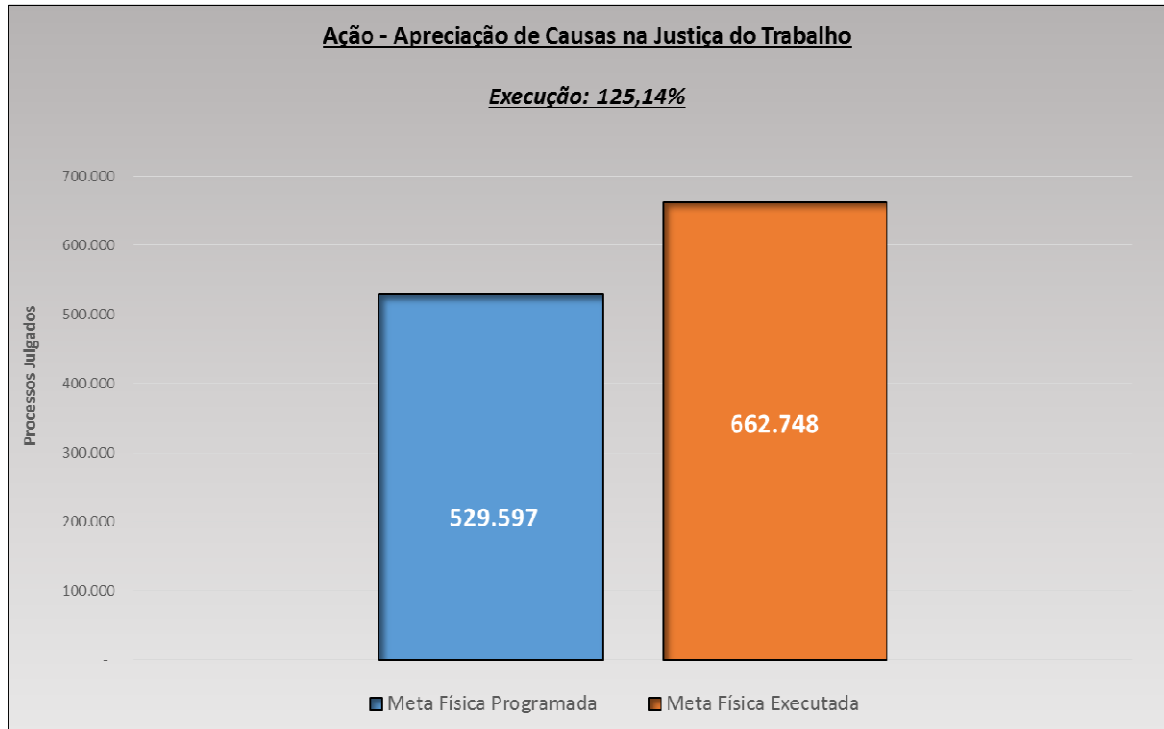
O percentual da meta física realizada na Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – PO0* decorre em grande parte das Semanas de Conciliação Trabalhista, ocorridas em maio, setembro e novembro de 2017, que resultaram em um número significativo de acordos homologados, superando a meta programada em 25,14%.

Para o alcance da meta física acima informada, foi consignado na LOA/2017 o total orçamentário de R\$ 226.032.150,00, sendo utilizados R\$ 222.024.799,52 (98,23%). A sensível superação da meta física prevista associada à economia de 1,77% dos recursos totais disponibilizados indicam eficácia na gestão orçamentária.

O gráfico a seguir demonstra o alcance da meta física no exercício.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



• *PO2 – Capacitação de Recursos Humanos (PTR 084993)*

A meta física prevista para o desenvolvimento de atividades de capacitação de recursos humanos corresponde à quantidade estimada de servidores participantes de cursos, palestras e outros eventos voltados à melhoria do desempenho funcional e dos serviços prestados pelas unidades integrantes deste Tribunal.

Com referência à meta programada para Capacitação de Recursos Humanos – PO2 - (4.610 servidores capacitados) houve a realização de 140,15% (6.461), devido à realização de cursos e palestras no âmbito deste Regional, o que possibilitou a capacitação de elevado número de servidores a custos reduzidos, bem como à expressiva participação de servidores em eventos de capacitação realizados nas dependências das

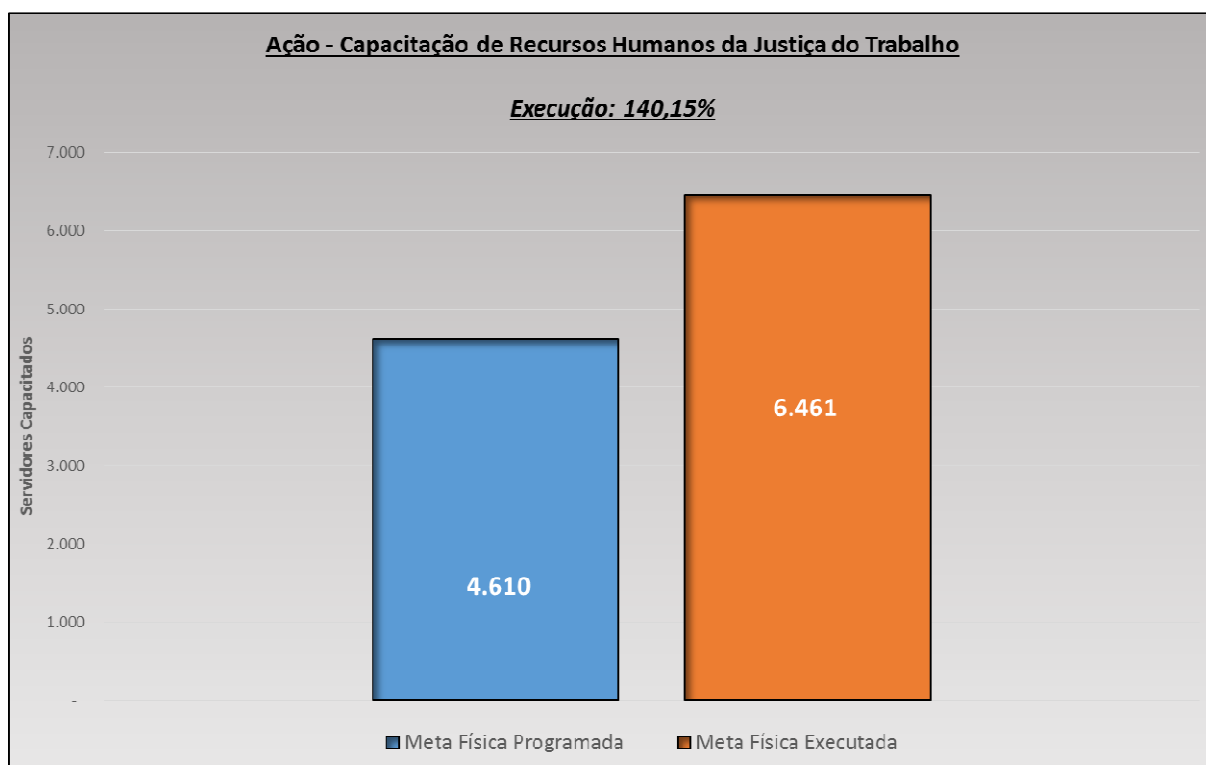


**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

empresas contratadas, especialmente no 2º semestre do exercício.

Para o alcance da meta acima informada, foi consignado na LOA/2017, e integralmente utilizado, o total orçamentário de R\$ 1.139.909,00, o que representa eficácia na gestão orçamentária, uma vez que houve significativa superação da meta sem a necessidade de recursos extras.

O gráfico abaixo demonstra o alcance da meta física no exercício.



- PO5 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PTR 084994)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

A Atividade “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” envolve ações desenvolvidas pela Escola Judicial deste Tribunal (EJUD-2) voltadas à melhoria da prestação jurisdicional, promovendo cursos de formação inicial para magistrados, palestras e outros eventos destinados a magistrados, inclusive com o pagamento de diárias e passagens aéreas, quando pertinentes.

A meta física prevista corresponde à quantidade estimada de magistrados capacitados por meio desta Atividade.

Da meta programada de 726 magistrados capacitados, foram realizados 141,05%, o que corresponde a 1.024 magistrados capacitados.

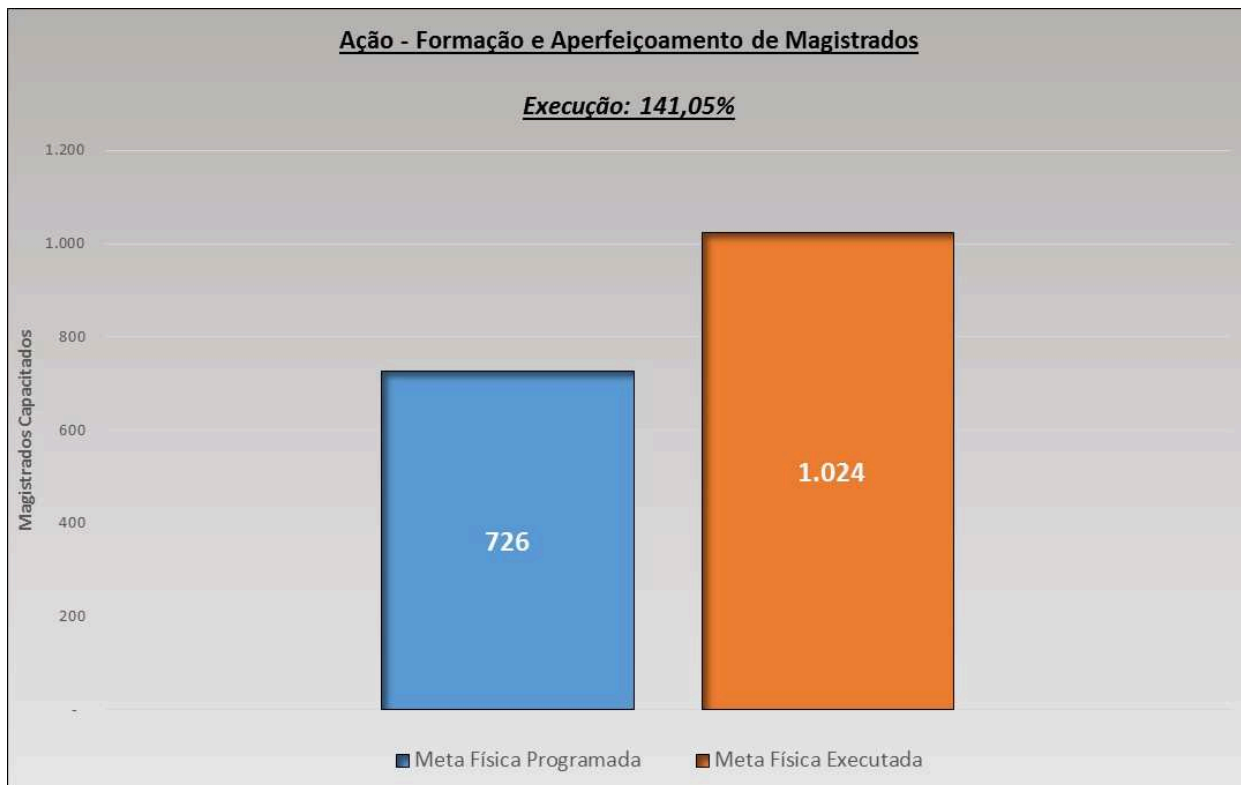
Os dados referentes ao *PO5 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados* indicam que o percentual de execução da meta física superou a programação em 41,05%, devido à realização de cursos e palestras no âmbito deste Regional com a utilização de recursos próprios (salas de aula para cursos *in company*, professores do quadro de pessoal, etc), o que possibilitou a capacitação de elevado número de magistrados a custos reduzidos.

Para o alcance da meta acima informada, foi consignado na LOA/2017, e integralmente utilizado, o total orçamentário de R\$ 580.586,00, o que representa eficácia na gestão orçamentária, uma vez que houve significativa superação da meta sem a necessidade de recursos adicionais.

O gráfico que segue demonstra o alcance da meta física no exercício.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



**2. Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de servidores, ativos, inativos e dependentes, beneficiados com programas de assistência médica e odontológica, viabilizadas com os recursos orçamentários consignados a este Tribunal, mediante contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos diretamente pelo Órgão (seguro-saúde) ou ressarcimento de despesas com planos de saúde contratados diretamente por magistrados e servidores (auxílio-saúde), após a comprovação dos pagamentos e nos limites definidos pelo Tribunal.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Para o exercício de 2017, na Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, a meta física definida no Sistema SIOP previa o atendimento a 17.303 beneficiários.

A análise indica que esta Ação alcançou 102,50% da meta física anual prevista, totalizando 17.736 beneficiários, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação.

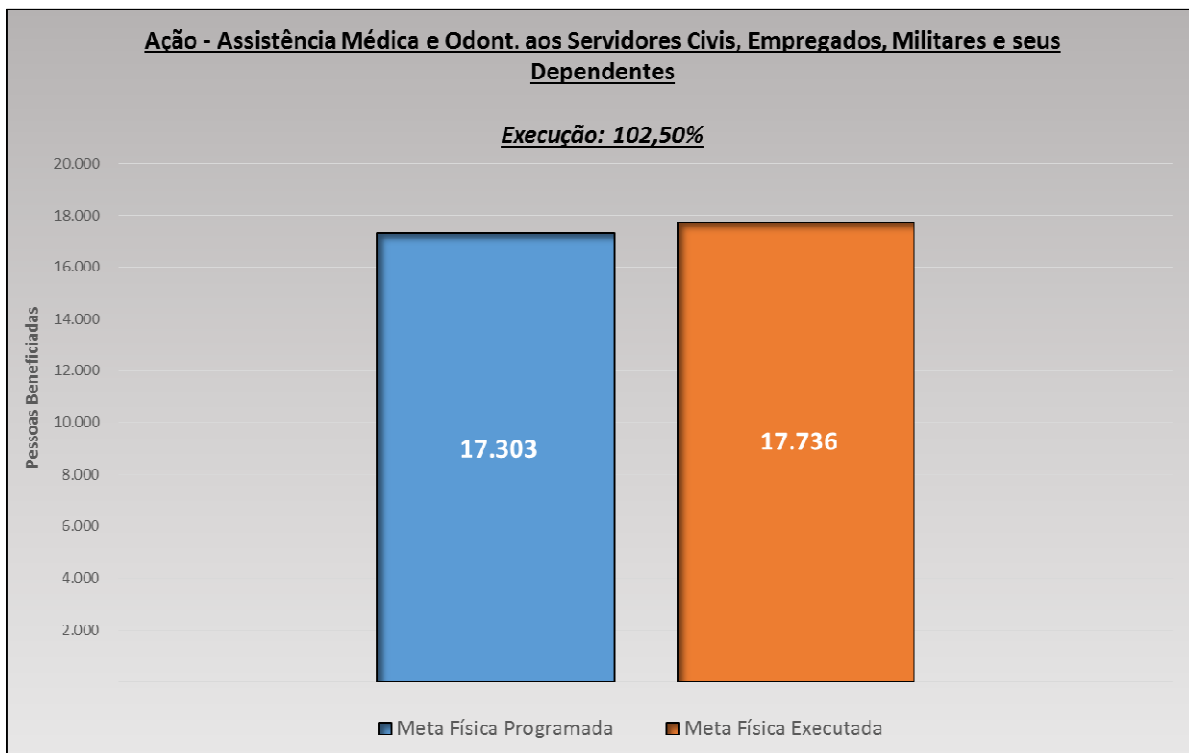
Durante o exercício de 2017, foram recebidos nesta Ação créditos suplementares com e sem oferecimento de recursos próprios, nos montantes respectivos de R\$ 1.502.000,00 e R\$ 3.144.351,00, totalizando R\$ 4.646.351,00, o que representa 10,41% do montante inicialmente consignado na Lei Orçamentária para o exercício (R\$ 44.641.740,00).

Os recursos oferecidos em compensação originaram-se das Atividades “*Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade*” (R\$ 59.000,00), “*Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares*” (R\$ 146.000,00), “*Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares*” (R\$ 193.000,00) e “*Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares*” (R\$ 1.104.000,00).

O gráfico que segue abaixo demonstra o alcance da meta física no exercício.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



**3. Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**

A meta física programada para esta Ação corresponde à quantidade estimada de crianças com idade entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos, cujos pais, servidores e magistrados deste Órgão, percebem o benefício “Auxílio-creche”, decorrente dos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

Para o exercício de 2017, a Ação *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares* teve como meta física definida no Sistema SIOP o atendimento a 1.025 crianças.

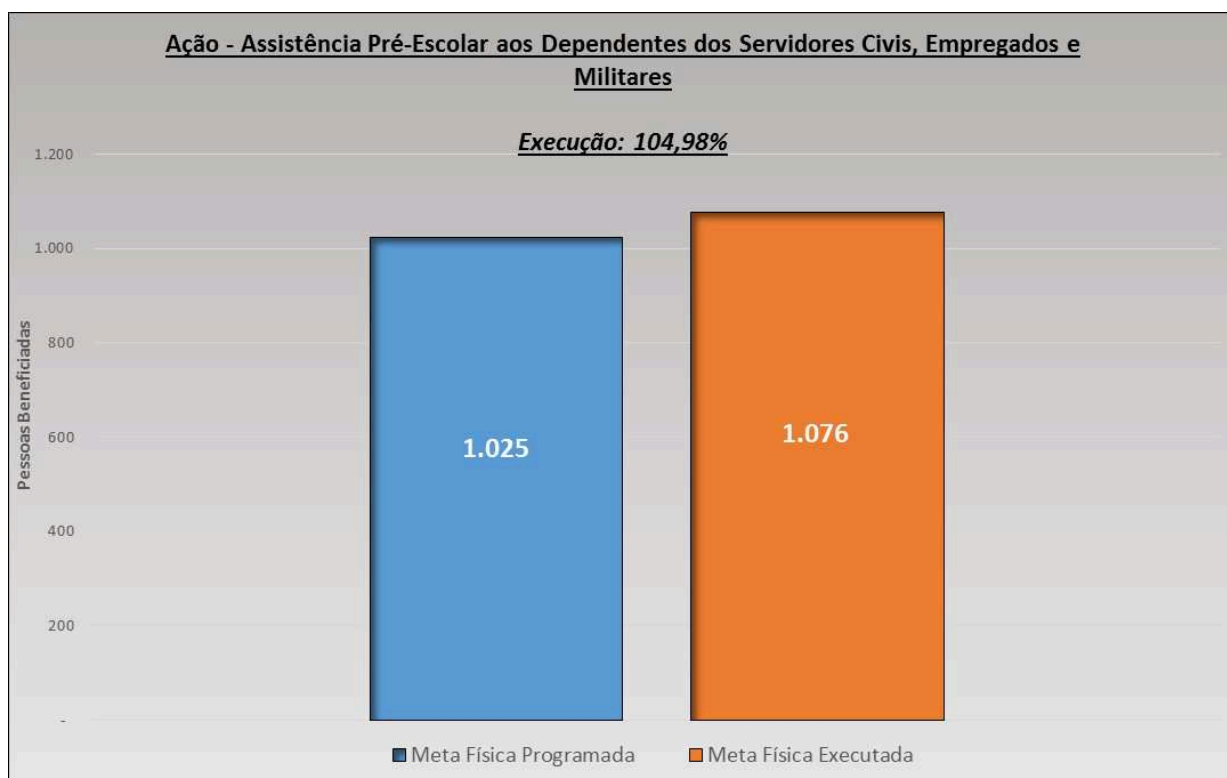


**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Contudo, a meta final alcançada, de 1.076 crianças atendidas, superou a meta prevista em 4,98%, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação.

O orçamento consignado na Lei Orçamentária para 2017 para a Ação foi de R\$ 8.597.700,00. Porém, durante o exercício de 2017, tendo em vista a insuficiência orçamentária do Programa Assistência Médica e Odontológica, foram oferecidos recursos próprios no montante de R\$ 146.000,00. Assim o orçamento final para essa Ação totalizou R\$ 8.451.700,00, correspondendo a 98,30% do montante inicialmente consignado na Lei Orçamentária para o exercício.

O gráfico que segue demonstra o alcance da meta física no exercício.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

#### **4. Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de servidores deste Órgão, favorecidos, nos termos de Lei específica, pela percepção do benefício em pecúnia, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

Para o exercício de 2017, na Ação *Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares*, a meta física definida no Sistema SIOP previa o atendimento de 1.344 servidores beneficiados, porém, a meta alcançada (1.186) indica a realização de 88,24%.

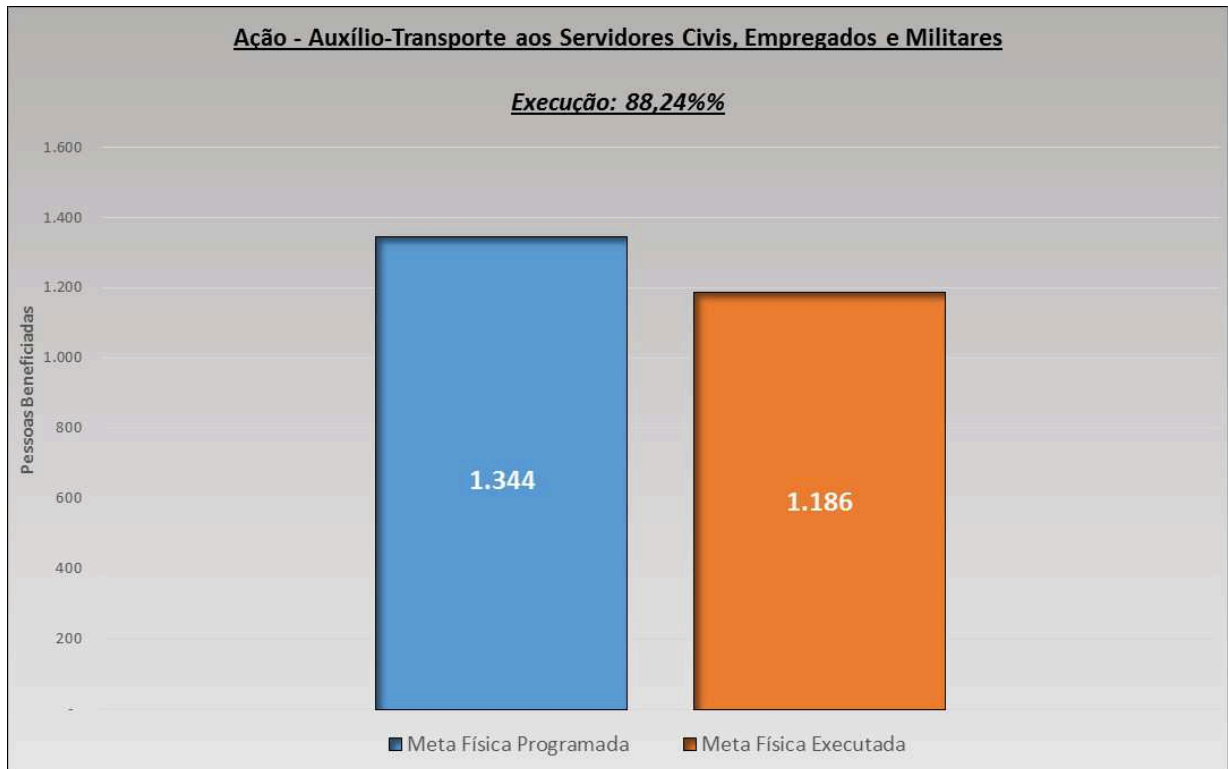
A queda é justificada pela redução do número de beneficiários do Programa Auxílio Transporte em decorrência dos reajustes nos vencimentos dos servidores, que ocorreram no exercício de 2017, refletidos pela aplicação da 4a. e 5a. parcelas da Lei nº 13.317/2016, nos meses de junho e novembro, respectivamente, tornando o desconto de 6% do vencimento básico, custeado pelo servidor, maior que o referido benefício para muitos servidores.

O orçamento consignado na Lei Orçamentária de 2017 para essa Ação totalizou R\$ 3.139.608,00. Do orçamento inicial, foi objeto de oferecimento para a abertura de créditos suplementares destinados à Ação *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes* o montante de R\$ 193.000,00, correspondente a 6,15%, restando um orçamento líquido de R\$ 2.946.608,00 (93,85%).

O gráfico a seguir demonstra o alcance da meta física.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



**5. Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares**

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores deste Órgão favorecidos com a percepção em pecúnia do benefício “auxílio-alimentação”, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

Da meta física programada, igualmente definida no SIOP, de 6.181 beneficiários, foram realizados 97,40%, o que corresponde a 6.020 servidores beneficiados.

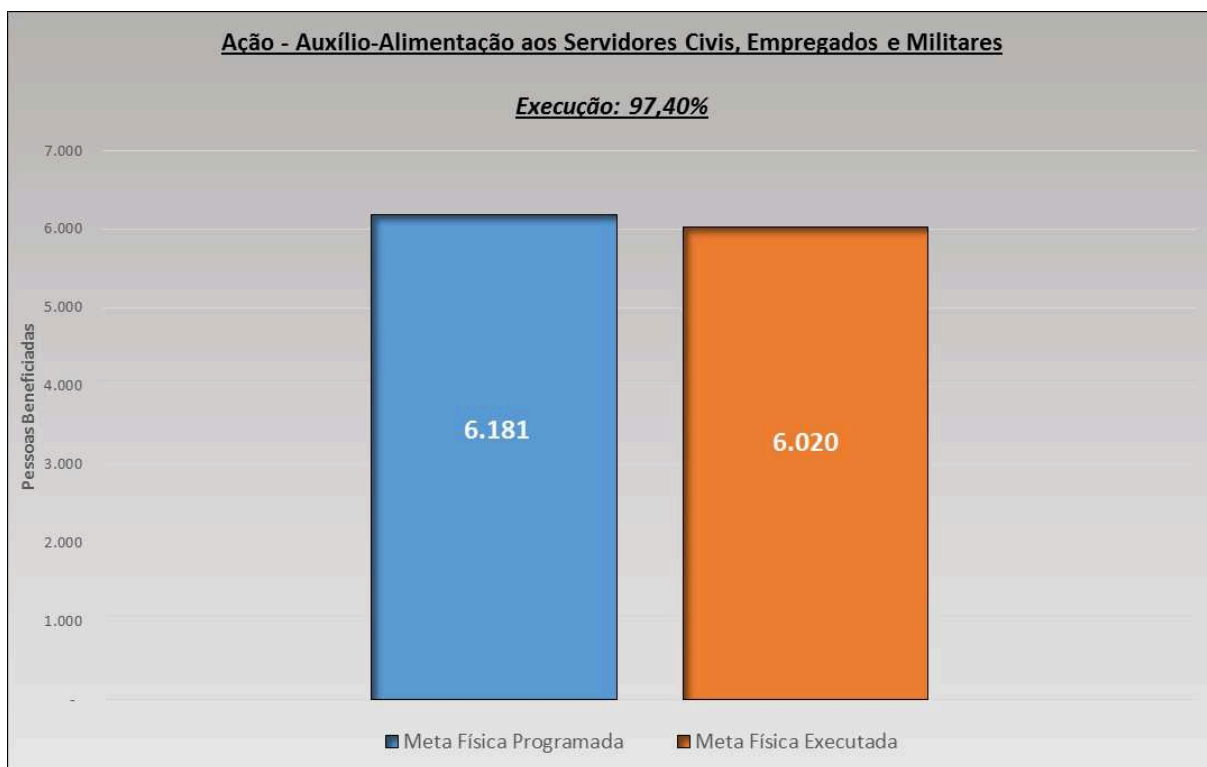
Do orçamento consignado na Lei Orçamentária de 2017, de R\$



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

65.568.048,00, ante a necessidade do custeio de despesas com o Programa Assistência Médica e Odontológica, foram oferecidos recursos dessa Ação no valor de R\$ 1.104.000,00. Assim o orçamento líquido totalizou R\$ 64.464.048,00, correspondendo a 98,32% do montante inicialmente consignado na Lei Orçamentária para o exercício.

O gráfico que segue demonstra o alcance da meta física no exercício.



#### **6. Ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

pessoas assistidas pela Justiça Gratuita, no que se refere aos pagamentos, pela União, de peritos, intérpretes e tradutores indicados em ações trabalhistas, de acordo com os ditames legais.

Conforme registros do SIOP, a meta física realizada foi de 22.816 pessoas assistidas, correspondendo a 135,04% da meta programada para 2017 (16.896 pessoas assistidas), superando significativamente, portanto, o previsto para o exercício de 2017.

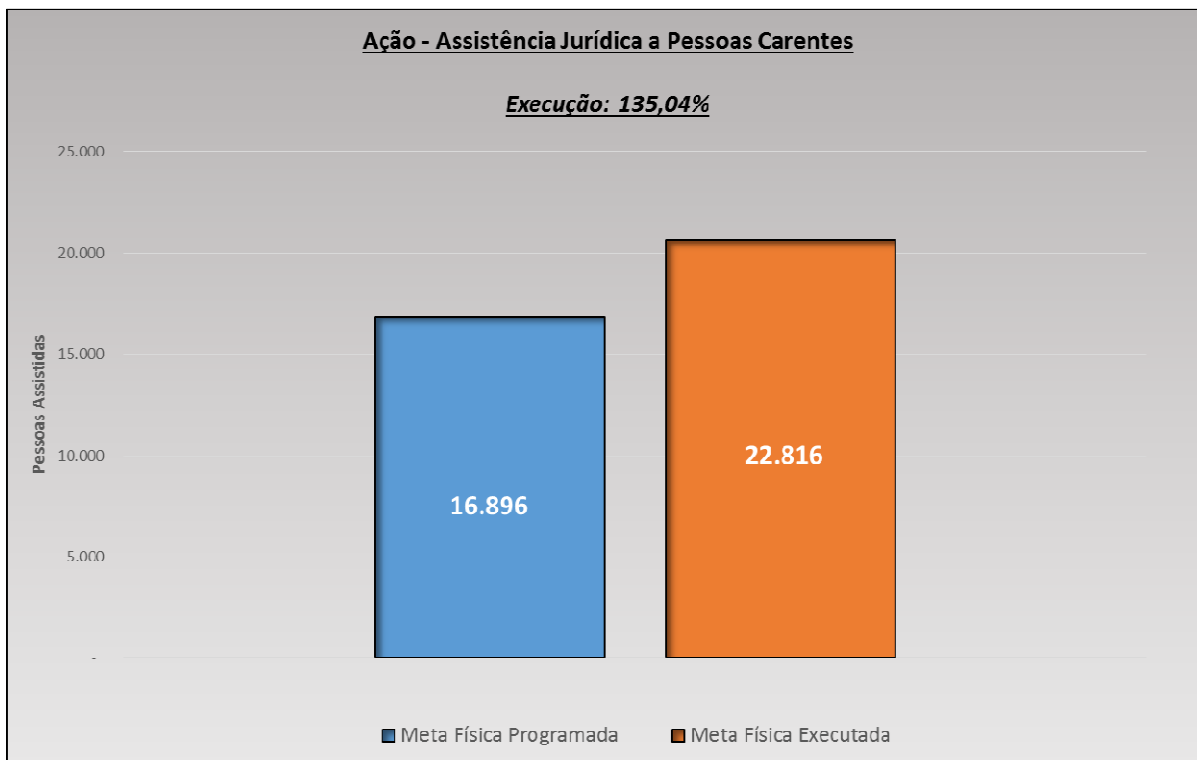
Para o alcance da meta física definida para esta Ação, foi consignado na L.O.A. de 2017 o montante de R\$ 20.204.400,00, o qual se revelou insuficiente para os pagamentos surgidos no decorrer do exercício. Ante a insuficiência orçamentária decorrente, foram concedidos créditos suplementares sem oferecimento de recursos próprios no total de R\$ 1.083.837,00 e créditos suplementares com oferecimento de recursos do Órgão no montante de R\$ 2.130.000,000, originário da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Assim, o orçamento total para essa Atividade alcançou R\$ 23.418.237,00, o que permitiu o alcance e superação da meta inicialmente prevista.

O gráfico a seguir demonstra o alcance da meta física no exercício.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



**7. Ação 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional**

Esta Ação é voltada à realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, informando à sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas pelo Tribunal.

Conforme registros do SIOP, a meta física efetiva alcançou





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

1.303 matérias veiculadas, correspondendo a 102,44% da meta prevista na L.O.A. para 2017 (1.272 matérias).

Do orçamento inicial consignado na LOA/2017 (R\$ 551.203,00), os montantes respectivos de R\$ 531.203,00 e R\$ 20.000,00 corresponderam às despesas correntes e investimentos.

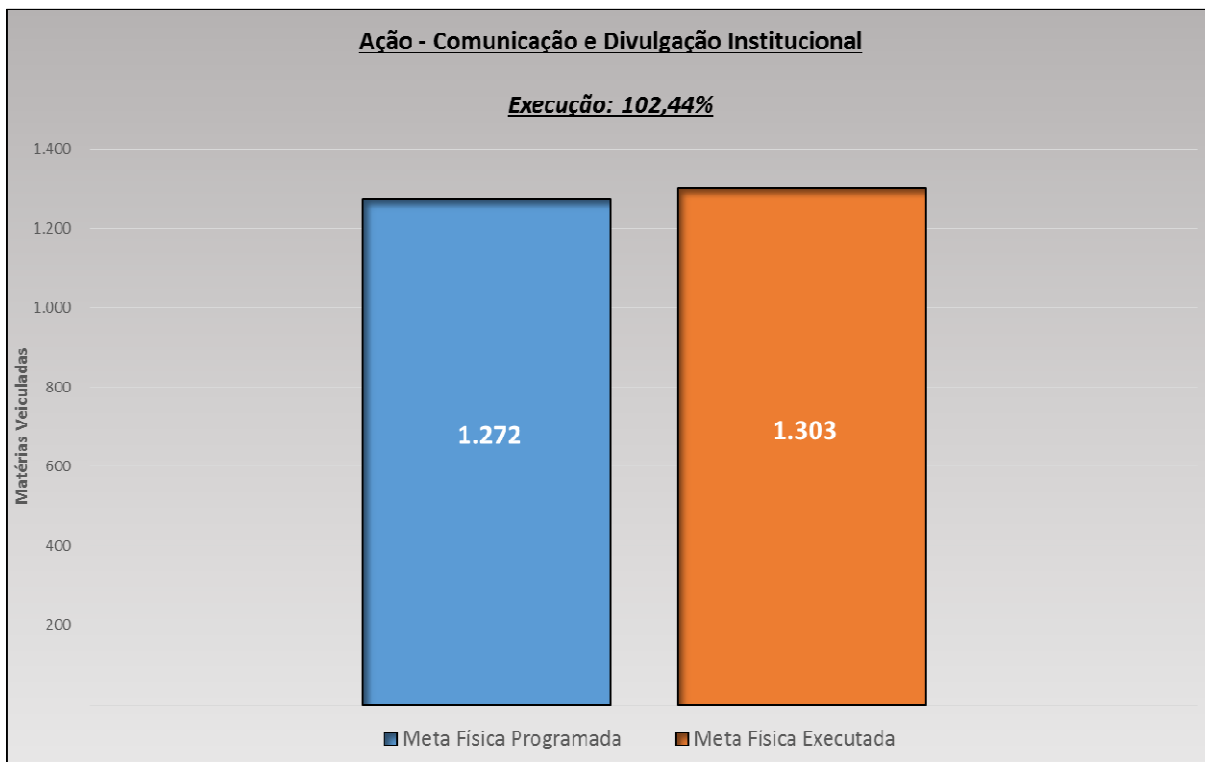
Tendo em vista a necessidade de ajustes orçamentários no decorrer do exercício, do total consignado na LOA/2017 para despesas correntes dessa Ação, foi oferecido para concessão de créditos suplementares o montante de R\$ 195.000,00, destinado às despesas correntes da Atividade *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos* (R\$ 165.000,00) e para despesa de investimentos da Atividade *Comunicação e Divulgação Institucional* (R\$ 30.000,00).

Destarte, para o alcance e superação da meta prevista, foi disponibilizado, em 2017, o orçamento de R\$ 386.203,00, referente às despesas correntes (R\$ 336.203,00) e investimentos (R\$ 50.000,00).

O gráfico abaixo demonstra o alcance da meta física no exercício.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



**8. Ação 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos**

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores deste Órgão favorecidos com a concessão de auxílio-moradia.

Esta Ação teve como meta física inserida no Sistema SIOP a previsão de atingir inicialmente 510 beneficiários, sendo alcançado o número de 526 pessoas beneficiadas, ou seja, a meta inicial foi superada em 3,14%.

O orçamento inicial para esta Atividade importou em R\$ 26.162.747,00, destinados ao pagamento de auxílio-moradia de servidores e magistrados,

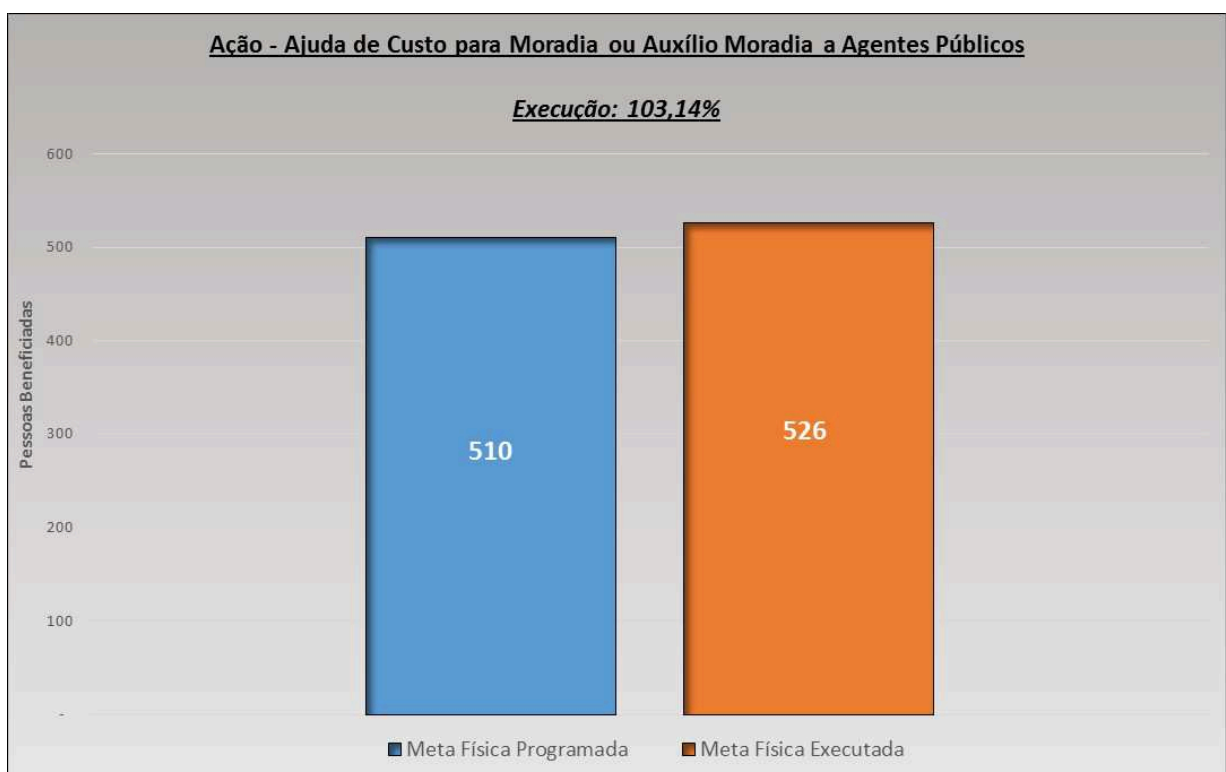


**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

havendo, no decorrer do exercício, suplementação orçamentária de R\$ 1.118.629,00, possibilitada pela concessão de créditos sem oferecimento de recursos no montante de R\$ 923.629,00 e com oferecimento de recursos compensatórios deste Tribunal provenientes das Atividades *ACJT - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados* (R\$ 30.000,00) e *Comunicação e Divulgação Institucional* (R\$ 165.000,00).

Assim, o total orçamentário consignado para essa Ação foi de R\$ 27.281.376,00.

O gráfico que segue abaixo demonstra o alcance da meta física no exercício.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

#### **IV. INDICADORES DE GESTÃO**

A prestação de serviços realizada por este Tribunal traduz-se no produto final “processos solucionados”.

Para a atividade finalística, foram consignados na Lei Orçamentária Anual para este Tribunal recursos orçamentários no Programa de *Trabalho 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista*. Esse Programa está dividido em Atividades e Operações Especiais, discriminadas a seguir:

- Atividades:
  - 20TP - Pessoal Ativo da União;
  - 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos;
  - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
  - 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares;
  - 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
  - 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
  - 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional;
  - 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; e
  - 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.
  
- Operações Especiais:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

- 00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade e
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Sem reflexo na atividade finalística, mas relevante para fins de prestação de contas, foram ainda destinados ao Órgão recursos orçamentários no Programa *0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União*.

Considerando-se a premissa de que “processo solucionado” é a unidade de medida para verificação do desempenho dos serviços prestados, traduzido em meta física, procederemos à medição do desempenho através de indicadores que demonstrem o desempenho da relação “Orçamento X Meta Física”.

Diante da complexidade da análise pretendida, a relação “Orçamento X Meta Física” será demonstrada sob dois aspectos: 1) Produto e 2) Subprodutos.

O primeiro aspecto (Produto) representa a meta finalística do Órgão – processos solucionados, sob a ótica global do Programa *0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista*, demonstrando de forma geral o alcance da meta física.

O segundo aspecto (Subprodutos), por sua vez, corresponde às Atividades que compõem a Prestação Jurisdicional Trabalhista, com seus orçamentos e metas próprios. Sua explanação, demonstrando suas metas específicas, auxiliará na análise do alcance da meta finalística (processo julgado).

Portanto, o foco central da análise dos indicadores de desempenho (índices) será a observação da variação ocorrida entre os gastos previstos e os realizados, confrontando-os com a variação entre as metas previstas e as realizadas, no que se



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

refere ao Programa de Trabalho “*Prestação Jurisdicional Trabalhista*”, tendo em vista o seu caráter finalístico, observando-se a utilização orçamentária do conjunto de suas Atividades: 20TP - *Pessoal Ativo da União*; 216H - *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos*; 2004 - *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*; 2010 - *Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares*; 2011 - *Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares*; 2012 - *Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares*; 2549 - *Comunicação e Divulgação Institucional*; 4224 - *Assistência Jurídica a Pessoas Carentes*; e 4256 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, bem como do conjunto de suas Operações Especiais: 00MI - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade e 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.*

Nesse contexto, demonstramos os resultados dos Indicadores de Desempenho, cuja apuração se dará mediante as seguintes fórmulas:

**1. Indicador Global:** aplicado ao Programa *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

- Relação “orçamento” x “meta do produto”: Índice do Programa de Trabalho *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

$$\left\{ \left( \frac{O_f PT}{O_i PT} \right) * 100 = \% \right\} \times \left\{ \left( \frac{M_f PT}{M_i PT} \right) * 100 = \% \right\}$$

Onde:

O<sub>i</sub> = Orçamento inicial;

O<sub>f</sub> = Orçamento final;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

$M_i$  = Meta inicial;  
 $M_f$  = Meta Final;  
PT = Programa de Trabalho

2. **Indicadores Parciais:** aplicados às atividades que compõem o Programa *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

- Relação “orçamento” x “meta dos subprodutos”: Índice das Atividades do Programa de Trabalho *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

$$\left\{ \left[ \frac{O_f At}{O_i At} \right] * 100 = \% \right\} \quad X \quad \left\{ \left[ \frac{M_f At}{M_i At} \right] * 100 = \% \right\}$$

Onde:

$O_i$  = Orçamento inicial para a Atividade;  
 $O_f$  = Orçamento final para a Atividade;  
 $M_i$  = Meta inicial para a Atividade;  
 $M_f$  = Meta Final para a Atividade;  
At = Atividade

<b>Quadro Demonstrativo dos Indicadores de Desempenho</b>				
<b>Orçamento X Meta</b>	<b>Índice de Referência</b> (Exercício 2016)		<b>Índice Observado</b> (Exercício 2017)	
	% Orç.	% Meta	% Orç.	% Meta
<b>1 - Indicador Global: aplicado ao Programa <i>Prestação Jurisdicional Trabalhista</i></b>				
PT 0571: Programa de Trabalho <i>Prestação Jurisdicional Trabalhista</i>	99,94 %	107,86 %	99,76%	125,14%
<b>2 - Indicadores Parciais: aplicado às atividades que compõem o Programa <i>Prestação Jurisdicional Trabalhista</i></b>				



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Atividade 20TP: Pagamento de Pessoal Ativo da União	100,00 %	-x-	100,00 %	-x-	
Atividade 216H: Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	99,54 %	99,21%	100,00 %	103,14 %	
Atividade 2004: Assistência Médica e Odontológica	100,00 %	105,70 %	100,00 %	102,50 %	
Atividade 2010: Assistência Pré Escolar	100,00 %	107,71 %	100,00 %	104,98 %	
Atividade 2011: Auxílio Transporte	100,00 %	77,42 %	100,00 %	88,24 %	
Atividade 2012: Auxílio Alimentação	100,00 %	100,87 %	100,00 %	97,40 %	
Atividade 2549: Comunicação e Divulgação Institucional	97,46 %	95,38 %	71,14	102,44 %	
Atividade 4224: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	100,00 %	122,38 %	100,00 %	135,04 %	
Atividade 4256: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO 0 - ACJT	99,67 %	107,86 %	98,23	125,14 %
	PO2 - CRH	100,00 %	79,78 %	100,00 %	140,15 %
	PO5 - FAM	91,35 %	220,76 %	100,00 %	141,05 %
<i>OBS.: PO0-ACJT: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; PO2-CRH: Capacitação de Recursos Humanos; PO5-FAM: Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.</i>					
<i>Nota 1: O "Índice de Referência" corresponde ao índice anual apurado no exercício de 2016.</i>					
<i>Nota 2: O "Índice Observado" corresponde à meta efetivamente realizada no exercício de 2017.</i>					

Os índices de 2017 acima observados seguem demonstrados detalhadamente:

Programa de Trabalho	Metas			
	Física		Financeira	
	Programada	Executada	Programada	Executada
0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	529.597	662.748	1.720.292.997,00	1.716.174.174,69
	Realização = 125,14 %		Utilização = 99,76%	

Ações	Metas			
	Física		Financeira	
	Programada	Executada	Programada	Executada
20TP - Pessoal Ativo da União	-x-	-x-	1.316.304.089,00	1.316.304.089,00
	-x-		Utilização = 100%	
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou	510	526	27.281.376,00	27.281.376,00





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Auxílio Moradia a Agentes Públicos		Realização = 103,14 %		Utilização = 100,00%	
4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO 0 - ACJT	529.597	662.748	226.032.150,00	222.024.799,52
		Realização = 125,14%		Utilização = 98,23%	
	PO 2 - Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho	4.610	6.461	1.139.909,00	1.139.909,00
		Realização = 140,15%		Utilização = 100,00%	
	PO 5 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	726	1.024	580.586,00	580.586,00
		Realização = 141,05%		Utilização = 100,00%	
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		17.303	17.736	49.288.091,00	49.288.091,00
		Realização = 102,50%		Utilização = 100,00%	
2010 - Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares		1.025	1.076	8.451.700,00	8.451.700,00
		Realização = 104,98%		Utilização = 100,00%	
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		1.344	1.186	2.946.608,00	2.946.608,00
		Realização = 88,24%		Utilização = 100,00%	
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares		6.181	6.020	64.464.048,00	64.464.048,00
		Realização = 97,40%		Utilização = 100,00%	
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		16.896	22.816	23.418.237,00	23.418.237,00
		Realização = 135,04%		Utilização = 100%	
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional		1.272	1.303	386.203,00	274.731,17
		Realização = 102,44%		Utilização = 71,14%	

No quadro acima, não estão incluídas as Operações Especiais, tendo em vista que sua execução orçamentária não tem reflexo nos resultados para o alcance da meta global.

Para essas Operações Especiais - “Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade”, “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” e “Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis” - segue síntese dos resultados



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

finais, apenas com o objetivo de prestação de contas.

Programa - Ações	Metas			
	Física		Financeira	
	Programada	Executada	Programada	Executada
0571.00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	-x-		766.348,00	766.348,00
			Utilização = 100%	
0571.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	-x-		246.533.790,00	234.729.072,46
			Utilização = 95,21%	
0089.0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	-x-		638.214.537,00	638.214.537,00
			Utilização = 100%	

O Programa de Trabalho “0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista” aglutina Ações cujo desempenho está voltado à prestação de serviços aos jurisdicionados da Justiça Trabalhista.

Das Ações que compõem esse Programa de Trabalho, concorrem **diretamente** para satisfação dos serviços prestados aos jurisdicionados as *Atividades Pagamento de Pessoal Ativo da União e Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*; e **indiretamente**, as *Atividades Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares, Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares; Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Comunicação e Divulgação Institucional e Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos*.

Abaixo temos a síntese dos resultados finais.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Discriminação	Orçamento utilizado	Metas alcançadas		
		Parcial	Global	
<b>Programa</b>				
0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	1.716.174.174,69	-x-	662.748	
<b>Atividades</b>				
20TP - Pessoal Ativo da União	1.316.304.089,00	-x-	<b>662.748</b>	
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	27.281.376,00	526		
4256-ACJT	PO 0 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	222.024.799,52		662.748
	PO 2 - Capacitação de Recursos Humanos	1.139.909,00		6.461
	PO 5 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	580.586,00		1.024
	<b>Subtotal</b>	<b>223.745.294,52</b>		
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	49.288.091,00	17.736		
2010 - Assist. Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.451.700,00	1.076		
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.946.608,00	1.186		
2012 - Aux. Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	64.464.048,00	6.020		
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	23.418.237,00	22.816		
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	274.731,17	1.303		
<b>TOTAL</b>	<b>1.716.174.174,69</b>			

As Operações Especiais “Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade”, “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” e “Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis”, por sua vez, não têm reflexos nos resultados das metas, mas, para fins de prestação de contas, conforme já relatado, segue síntese dos resultados finais.

Discriminação	Orçamento Utilizado
<b>Programa / Ação</b>	
<b>Prestação Jurisdicional Trabalhista / Operação Especial</b>	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

0571.00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	766.348,00
0571.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	234.729.072,46
<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União / Operação Especial</b>	
0089.0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	638.214.537,00
<b>TOTAL</b>	<b>873.709.957,46</b>
<i>OBS.: Não há metas definidas para Operações Especiais</i>	

Dos dados demonstrados nos quadros acima, observa-se que, quanto à meta física, a prestação de serviços aos jurisdicionados desta Justiça Trabalhista visava, para o exercício de 2017, alcançar o total de 529.597 processos julgados. A quantidade final de processos julgados correspondeu a 125,14 % (662.748) do total previsto.

Sob o aspecto financeiro, para atingir a meta inicial de processos julgados, foi consignado o orçamento de R\$ 1.720.292.997,00 para o Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista, sendo efetivamente utilizados R\$ 1.716.174.174,69, ou seja, 99,76% do orçamento disponibilizado, excetuando-se saldos não utilizados constantes das contas 62.211.00.00 - Crédito Disponível, no importe de R\$ 4.118.822,31.

Pela análise conjunta da utilização orçamentária e da meta física realizada, observa-se que o resultado alcançado demonstra eficácia, havendo superação da meta física prevista em 25,14%; eficiência, tendo em vista a economia financeira de 0,24% em relação à despesa prevista; bem como efetividade, pois a superação da meta física pode ser vista como a redução de problemas da sociedade.

Portanto, conclui-se que os resultados foram satisfatórios, tendo em vista o alto índice da meta alcançada.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

A segregação do Programa “0571 - *Prestação Jurisdicional Trabalhista*” em Atividades permite-nos uma avaliação mais pormenorizada das variantes que refletiram o alcance final da meta do Programa.

Como já informado, o alcance da meta “processos julgados” envolve diretamente duas Atividades: *Pessoal Ativo da União* e *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, que concorreram conjuntamente para que a meta fosse atingida.

A utilização dos recursos orçamentários disponibilizados correspondeu a 100% e 98,23%, para as Ações “*Pessoal Ativo da União*” e “*Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*”, respectivamente.

Como já destacado, a Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* é segregada em Planos Orçamentários, com recursos próprios, a saber:

- 1) PO 0 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* - Orçamento executado: R\$ 222.024.799,52, sendo R\$ 200.002.898,06 e R\$ 22.021.901,46 referentes às despesas de custeio e investimentos, respectivamente, ambos do PTR 107691.
- 2) PO 2 - *Capacitação de Recursos Humanos*: Orçamento executado: R\$ 1.139.909,00.
- 3) PO 5 - *Formação e Aperfeiçoamento de Juízes*: Orçamento executado: R\$ 580.586,00.

Os Planos Orçamentários citados têm metas físicas específicas registradas no SIOP.

Abaixo, segregamos a utilização dos recursos orçamentários e metas físicas alcançadas especificamente nesses planos orçamentários:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

PO	Discriminação	Previsto	Realizado	% Realizado	≠ %
ACJT - PO 0	Orçamento	226.032.150,00	222.024.799,52	98,23	26,91
	Meta	529.597	662.748	125,14	
CRH - PO 2	Orçamento	1.139.909,00	1.139.909,00	100,00	40,15
	Meta	4.610	6.461	140,15	
FAM - PO 5	Orçamento	580.586,00	580.586,00	100,00	41,05
	Meta	726	1.024	141,05	
<b>TOTAL</b> (dos POs)	<b>Orçamento</b>	<b>227.752.645,00</b>	<b>223.745.294,52</b>	<b>98,24</b>	<b>-x-</b>

A variação percentual entre orçamento e meta realizados, distintos por PO, indica que para o alcance das metas físicas houve economia orçamentária, demonstrando eficiência na utilização dos recursos, indo ao encontro do indicador global do Programa.

As demais Atividades que compõem o Programa “0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista” concorreram indiretamente para a prestação de serviços aos jurisdicionados. Suas metas físicas e financeiras, não obstante, seguem apresentadas e comentadas.

Atividades (*)	Discriminação	Previsto	Realizado	% Realizado	≠ %
2004	Orçamento	49.288.091,00	49.288.091,00	100	2,50
	Meta	17.303	17.736	102,50	
2010	Orçamento	8.451.700,00	8.451.700,0	100	4,98
	Meta	1.025	1.076	104,98	
2011	Orçamento	2.946.608,00	2.946.608,00	100	- 11,76
	Meta	1.344	1.186	88,24	
2012	Orçamento	64.464.048,00	64.464.048,00	100	- 2,60
	Meta	6.181	6.020	97,40	
4224	Orçamento	23.418.237,00	23.418.237,00	100	35,04
	Meta	16.896	22.816	135,04	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

2549	Orçamento	386.203,00	274.731,17	71,14	31,30
	Meta	1.272	1.303	102,44	
216H	Orçamento	27.281.376,00	27.281.376,00	100,00	3,14
	Meta	510	526	103,14	
<b>TOTAL</b>	<b>Orçamento</b>	<b>176.236.263,00</b>	<b>176.124.791,17</b>	<b>99,94</b>	<b>-x-</b>
	<b>Meta</b>	<b>-x-</b>	<b>-x-</b>	<b>-x-</b>	
(*) 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes 2010 - Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos					

No quadro acima, as variações percentuais entre orçamento e meta realizadas, discriminadas por Atividade, indicam a regular utilização orçamentária para o alcance das respectivas metas realizadas.

Analisadas globalmente, essas atividades, que têm reflexos indiretos no objetivo finalístico do Órgão (processos solucionados), indicam um percentual de realização satisfatório, proporcionando economia orçamentária, demonstrando eficiência na utilização dos recursos, contribuindo, mesmo que indiretamente, de forma positiva para o resultado global do Programa.

Tal resultado verifica-se inclusive quanto à Atividade 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares, pois a realização de 88,24% da meta física foi alcançada com a utilização de 93,85% (R\$ 2.946.608,00) de seu Orçamento inicial (R\$ 3.139.608,00), uma vez que o montante de R\$ 193.000,00 foi oferecido para outra Atividade em Pedido de Crédito Suplementar no decorrer do exercício de 2017, ou seja, a variação percentual real é de -5,61% (88,24% - 93,85%).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Da mesma forma, a Atividade 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares teve reflexo positivo no resultado global do Programa, pois a realização de 97,40% da meta física foi alcançada com a utilização de 98,32% (R\$ 64.464.048,00) de seu Orçamento inicial (R\$ 65.568.048,00), uma vez que o montante de R\$ 1.104.000,00 foi oferecido para outra Atividade em Pedido de Crédito Suplementar no decorrer do exercício de 2017, ou seja, a variação percentual real é de -0,92% (98,32% - 97,40%).

Concluindo, os índices apurados referentes ao desempenho do Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista (físico-orçamentário) demonstraram eficácia, com o alcance de 125,14% de processos solucionados, o que também representa eficiência, pois superou a meta inicial prevista.

Favoreceram essa eficácia e eficiência os desempenhos das Atividades ligadas a esse Programa, que, de forma geral, apresentaram desempenhos médios regulares e homogêneos entre si.

Observa-se, afinal, que o custo por processo solucionado corresponde a R\$ 2.589,48, tendo em vista a utilização do montante orçamentário de R\$ 1.716.174.174,69 para o total de 662.748 processos solucionados em 2017.

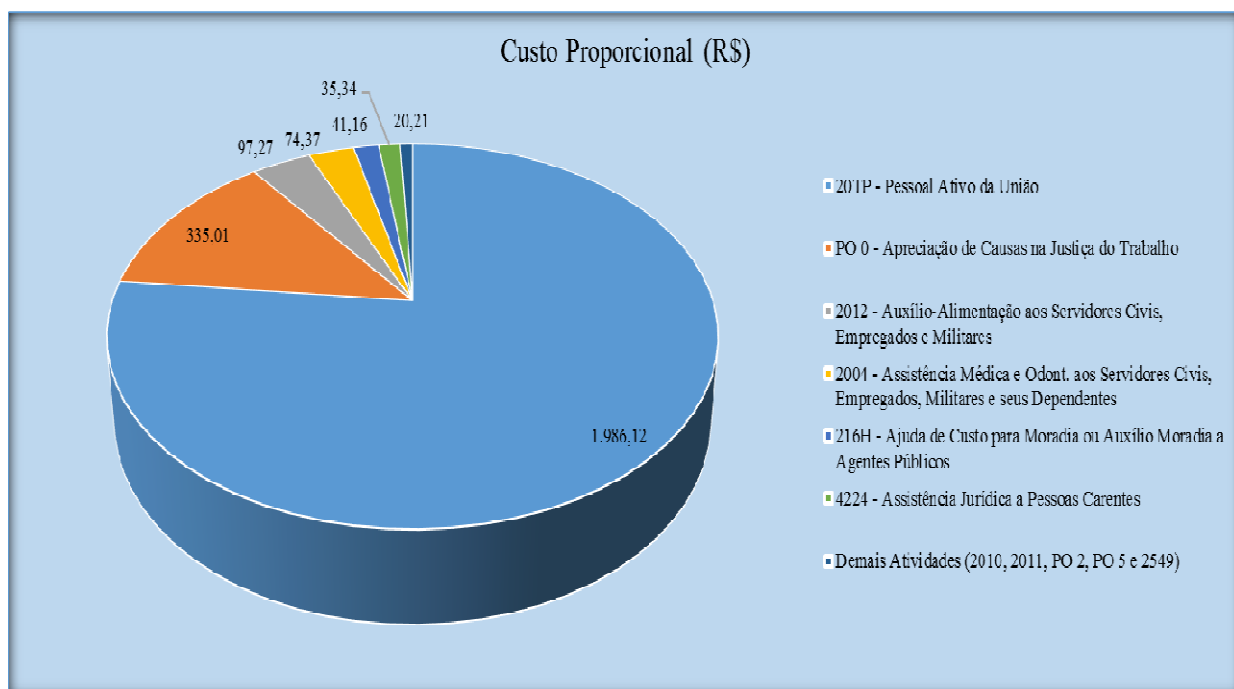
A participação das Ações que compõem o Programa de Trabalho *Prestação Jurisdicional Trabalhista*, concorrendo direta e indiretamente no custo do processo para o alcance da meta final de processos solucionados em 2017 (662.748), está evidenciada no quadro e no gráfico que seguem abaixo:





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Atividade		Orçamento Utilizado	Custo Proporcional	
Custos Diretos	20TP - Pessoal Ativo da União	1.316.304.089,00	1.986,12	
	4256 - ACJT	PO 0 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	222.024.799,52	335,01
		PO 2 - Capacitação de Recursos Humanos	1.139.909,00	1,72
		PO 5 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	580.586,00	0,88
Custos Indiretos	2012 - Aux. Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	64.464.048,00	97,27	
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	49.288.091,00	74,37	
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	27.281.376,00	41,16	
	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	23.418.237,00	35,34	
	2010 - Assist. Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.451.700,00	12,75	
	2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.946.608,00	4,45	
	2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	274.731,17	0,41	
<b>TOTAL</b>		<b>1.716.174.174,69</b>	<b>2.589,48</b>	





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

## V. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Até janeiro de 2017, este Tribunal manteve Acordos de Cooperação Técnica com Instituições Financeiras objetivando incrementar o apoio dessas Instituições para a modernização e melhoria da prestação jurisdicional. A implementação se reverteu em benefício dos usuários dos serviços forenses, magistrados, serventuários da Justiça e advogados. A contrapartida consistiu em garantir as condições logísticas para a captação e gerenciamento, pelos Bancos, dos depósitos judiciais à ordem do Tribunal, mediante postos de atendimento bancário.

Os Acordos de Cooperação Técnica supracitados são:

<b>Processo</b>	<b>Valor Total</b>
Processo Administrativo nº 011/2014 – Banco do Brasil	0,09% sobre o saldo médio dos depósitos judiciais - a partir de dezembro/2014
Processo Administrativo nº 030/2013 – Caixa Econômica Federal	0,07% sobre depósitos judiciais até R\$ 1,5 bilhões; 0,075% sobre depósitos judiciais entre R\$ 1,5 e R\$ 2 bilhões; 0,08% sobre depósitos judiciais maiores do que R\$ 2 bilhões

Observa-se acima (coluna “Valor Total”) que a contrapartida financeira estipulada nos contratos firmados se referia a valores variáveis, correspondendo a percentuais sobre os depósitos judiciais efetuados nas instituições bancárias, consoante critérios específicos definidos nos respectivos contratos.

As transferências dos recursos pelos Bancos eram efetuadas mediante depósitos na Conta Única do Tesouro Nacional (11.112.20.01– *Limite de Saque com*



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

*Vinculação de Pagamento - OFSS*), à conta deste Regional, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, código 28844-6 – Transferências de Convênios da União e suas Entidades, constituindo saldo na fonte de recursos *81 – Recursos de Convênios*. Essas receitas próprias constituíam fonte de recursos para o Orçamento anual e para as solicitações de créditos adicionais no decorrer do exercício.

O quadro abaixo demonstra as transferências financeiras feitas pelas instituições bancárias a este Tribunal nos exercícios de 2014 a 2017.

Exercício	Valor (R\$)		Total (R\$)
	B. Brasil (PA n 011/2014)	CEF (PA n 030/2013)	
2014	2.534.688,93	5.827.077,53	8.361.766,46
2015	70.912.593,78	9.984.800,59	80.897.394,37
2016	75.833.570,08	12.960.012,69	88.793.582,77
2017	6.496.303,98	1.246.918,67	7.743.222,65
<b>Total</b>	<b>155.777.156,77</b>	<b>30.018.809,48</b>	<b>185.795.966,25</b>

Os documentos “Registros de Arrecadação - RA” relativos aos depósitos ocorridos no exercício de 2017, extraídos do SIAFI, seguem transcritos:

✓ **PA nº 011/2014 - Banco do Brasil**

```
___ SIAFI2017-DOCUMENTO-CONSULTA-CONRA (CONSULTA REGISTRO DE ARRECADACAO)___  
16/02/18 14:39 USUARIO : AIRTON  
DATA EMISSAO : 06Jan17 TIPO: ARRECADACAO NUMERO : 2017RA000036  
ESPECIE : CLASSIFICACAO ESPECIE GR : SIMPLES AGREGADA : NAO  
UG/GESTAO EMITENTE: 080010 / 00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIA  
RECOLHEDOR : 00000000000191 - BANCO DO BRASIL SA  
COMPETENCIA: Dez16 CODIGO RECOLHIMENTO: 28844-6 - TRANSF.UNIAO E ENTIDADES  
DOC.ORIGEM : RET/RES/CANC:  
PROCESSO : AGENTE ARRECADADOR: BANCO DO BRASIL  
VENCIMENTO : 06Jan2017 MEIO DE PAGAMENTO : DINHEIRO  
(=) VALOR DOCUMENTO : 6.496.303,98  
(-) DESCONTO/ABATIMENTO :  
(-) OUTRAS DEDUCOES :  
(+) MORA/MULTA :  
(+) JUROS/ENCARGOS :
```



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

(+) OUTROS ACRESCIMOS :  
(=) VALOR TOTAL : 6.496.303,98  
NOSSO NUMERO/NUMERO REFERENCIA: 0000000000000288446  
OBSERVACAO : REGISTRO DA CLASSIFICACAO DA ARRECADACAO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO DA UNIAO DO DIA: 06Jan17  
AUTENTICACAO BANCARIA: 2A6F3F232C5ACBA6  
LANCADO POR : 77777777777 - PROC.AUTOMATICO UG : 170803 10Jan17 04:22

✓ **PA n 030/2013 – Caixa Econômica Federal**

\_\_\_ SIAFI2017-DOCUMENTO-CONSULTA-CONRA (CONSULTA REGISTRO DE ARRECADACAO) \_\_\_\_\_  
16/02/18 14:40 USUARIO : AIRTON  
DATA EMISSAO : 06Jan17 TIPO: ARRECADACAO NUMERO : 2017RA000023  
ESPECIE : CLASSIFICACAO ESPECIE GR : SIMPLES AGREGADA : NAO  
UG/GESTAO EMITENTE: 080010 / 00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIA  
RECOLHEDOR : 00360305000104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
COMPETENCIA: Jan17 CODIGO RECOLHIMENTO: 28844-6 - TRANSF.UNIAO E ENTIDADES  
DOC.ORIGEM : 170501/00001/2017GR800516 RET/RES/CANC:  
PROCESSO : AGENTE ARRECADADOR: STN  
VENCIMENTO : 06Jan2017 MEIO DE PAGAMENTO :  
(=) VALOR DOCUMENTO : 1.246.918,67  
(-) DESCONTO/ABATIMENTO :  
(-) OUTRAS DEDUCOES :  
(+) MORA/MULTA :  
(+) JUROS/ENCARGOS :  
(+) OUTROS ACRESCIMOS :  
(=) VALOR TOTAL : 1.246.918,67  
NOSSO NUMERO/NUMERO REFERENCIA:  
OBSERVACAO : DESEMBOLSO AO TRT2  
AUTENTICACAO BANCARIA:  
LANCADO POR : 77777777777 - PROC.AUTOMATICO UG : 170803 06Jan17 23:07

Esses acordos tiveram como base dos montantes a serem repassados pelos Bancos ao Tribunal o volume financeiro dos depósitos judiciais efetuados naquelas instituições financeiras, decorrentes das ações trabalhistas deste Regional. Sobre o saldo médio mensal desses depósitos incidiram os percentuais fixados nos acordos.

Os valores decorrentes desses Acordos estão discriminados abaixo.

Mês / Ano	Banco do Brasil		Caixa Econômica Federal				Total R\$
	Dep. Judicial (*)	0,09%	Dep. Judicial	0,07%	0,075%	0,08%	
Total	(**)	2.534.688,93	(**)	5.827.077,53	-x-	-x-	8.361.766,46



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

2014							
Total 2015	(**)	70.912.593,78	(**)	9.984.800,59	-x-	-x-	80.897.394,37
Total 2016	(**)	75.833.570,08	(**)	12.960.012,69	-x-	-x-	88.793.582,77
Total 2017	(**)	6.496.303,98	(**)	1.246.918,67	-x-	-x-	7.743.222,65
<b>Total Geral (2014 a 2017)</b>		<b>155.777.156,77</b>	-	<b>30.018.809,48</b>	<b>-x-</b>	<b>-x-</b>	<b>185.795.966,25</b>
<i>(*) Saldo Médio (**) Valor não Informado</i> <i>OBS.: Em 2017, ocorreu depósito pelos bancos somente no mês de janeiro</i>							

Os valores resultantes dos contratos firmados com o Banco do Brasil S/A. e com a Caixa Econômica Federal constaram registrados na conta contábil 71.131.08.00 – Termos/Acordos de Cooperação (UG 080010) e seguem demonstrados.

Ano	BANCO DO BRASIL – BB			CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF		
	Valor contratado	Repasses	Saldo	Valor contratado	Repasses	Saldo
2014	329.400.000,00	2.534.688,93	326.865.311,07	42.000.000,00	5.827.077,53	36.172.922,47
2015		70.912.593,78	255.952.717,29		9.984.800,59	26.188.121,88
2016 (até junho)		37.183.906,31	218.768.810,98		5.797.643,75	20.390.478,13
2016 (a partir de julho)	252.666.624,60	38.649.663,77	214.016.960,83	38.586.411,59	7.162.368,94	31.424.042,65
2017		6.496.303,98	207.520.656,85		1.246.918,67	30.177.123,98
<i>Nota:</i> <input type="checkbox"/> Exercícios de 2014 e 2015: Os valores iniciais dos contratos (R\$ 329.400.000,00 e R\$ 42.000.000,00 referentes, respectivamente, ao BB e à CEF), foram calculados de acordo com a média de depósitos judiciais no exercício de 2014 (R\$ 5.490.000,00 e R\$ 700.000,00 referentes, respectivamente, ao BB e à CEF), projetado para o período de novembro/14 a outubro/19 (60 meses). O relatório referente ao exercício de 2016, apresentado em 2017, contém o detalhamento desses montantes. <input type="checkbox"/> Exercício de 2016: Revisão dos valores médios mensais dos depósitos pelas instituições financeiras ao Tribunal com base nos dados extraídos do SIGEO. Esses valores mensais (R\$ 6.162.600,60 e R\$ 941.131,99 referentes, respectivamente, ao BB e à CEF), foram projetados para o período restante do contrato a partir de junho/16 até outubro/19 (41 meses restantes). O relatório referente ao exercício de 2016, apresentado em 2017, contém o detalhamento desses montantes.						

Os saldos dos contratos referentes ao período de julho de 2016 a outubro de 2019, registrados na conta 71.131.08.00 – Termos/Acordos de Cooperação, foram baixados, tendo em vista que novos contratos foram firmados entre essas instituições e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, centralizando os acordos de cooperação



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

com as instituições financeiras, deste Tribunal e dos demais Tribunais Regionais do Trabalho, naquele Órgão. Os registros de baixa estão consolidados nos documentos SIAFI 2017NS004149 e 2017NS004150, nos montantes de R\$ 30.177.123,98 e R\$ 207.520.656,85, respectivamente, correspondentes aos contratos com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Os novos contratos firmados entre as instituições financeiras e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho têm por objeto a prestação, pelos bancos, dos serviços de captação e manutenção dos saldos dos depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor efetuados à ordem dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, até seu regular levantamento pelos titulares das contas, mediante o repasse ao CSJT do percentual aplicado sobre os saldos médios apurados no mês imediatamente anterior.

Sobre o saldo médio mensal desses depósitos incide o percentual de 0,13% (zero virgula treze por cento) fixados nos acordos, cujo total é repassado diretamente ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Assim, os Tribunais Regionais do Trabalho deixaram de obter receitas próprias de forma direta junto às instituições bancárias.

Em contrapartida à perda de receitas arrecadadas de forma direta, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) passou a transferir aos Tribunais Trabalhistas, mediante solicitação à Setorial Financeira da Justiça do Trabalho no decorrer do exercício, os recursos financeiros arrecadados junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, decorrentes dos novos contratos firmados.

Os registros contábeis dos valores arrecadados são efetuados pela unidade competente do CSJT nas contas de controle 71.131.08.00 - Termos/Acordos de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Cooperação e 81.131.08.01 - Termos/Acordos de Cooperação com Instituição Financeira, baixando-se cada recebimento da parcela arrecadada do valor total registrado nas contas de controle.

Os Tribunais Regionais, por sua vez, devem registrar os valores recebidos do CSJT na conta do Ativo de Crédito a Receber (11.381.19.00) e amortizar esse direito a cada sub-repasse recebido.

Os procedimentos de contabilização acima constam da Mensagem CFIN/CSJT nº 027/2017, de 23 de maio de 2017, encaminhada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CFIN/CSJT.

Em cumprimento ao §4º do Art. 9º do Ato Conjunto TST.CSJT nº 4/2017, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CFIN/CSJT informou os montantes abaixo discriminados decorrentes dos depósitos judiciais arrecadados em ações originárias neste Tribunal.

Mês/Ano	Bancos (*)	Valor arrecadados e transferidos				Obs.	
		Depósito Judicial (arrecadação)		Transferência (ao CSJT)			
		Por Banco	Σ Bancos/mês	Por Banco	Σ Bancos/mês		
Jan/2017	BB	7.166.606.679,16	8.835.835.248,38	9.316.588,68	11.486.585,82	Mensagem CFIN/CSJT 018/17	
	CEF	1.669.228.569,22		2.169.997,14			
Fev/2017	BB	7.273.392.696,96	8.971.453.032,78	9.455.410,51	11.662.888,95		
	CEF	1.698.060.335,82		2.207.478,44			
Mar/2017	BB	7.361.618.615,96	9.118.980.904,06	9.570.104,20	11.854.675,17		
	CEF	1.757.362.288,10		2.284.570,97			
Abr/2017	BB	7.405.013.094,95	9.201.043.216,16	9.626.517,02	11.961.356,18		Mensagem CFIN/CSJT 021/17
	CEF	1.796.030.121,21		2.334.839,16			
Mai/2017	BB	7.483.635.442,70	9.315.624.820,50	9.728.726,08	12.110.312,27		Mensagem CFIN/CSJT 035/17
	CEF	1.831.989.377,80		2.381.586,19			
Jun/2017	BB	7.577.214.269,17	9.401.517.658,70	9.850.378,55	12.221.972,96		
	CEF	1.824.303.389,53		2.371.594,41			



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Mês/Ano	BB	7.660.930.977,22	9.542.962.568,34	9.959.210,27	12.405.851,34	Mensagem CFIN/CSJT 042/17
	CEF	1.882.031.591,12		2.446.641,07		
Ago/2017	BB	7.719.162.992,32	9.627.972.090,65	10.034.911,89	12.516.363,72	
	CEF	1.908.809.098,33		2.481.451,83		
Set/2017	BB	7.786.503.292,76	9.705.081.964,49	10.122.454,28	12.616.606,55	Mensagem CFIN/CSJT 044/17
	CEF	1.918.578.671,73		2.494.152,27		
Out/2017	BB	7.927.265.567,60	9.845.850.811,86	10.305.445,24	12.799.605,56	Mensagem CFIN/CSJT047/17
	CEF	1.918.585.244,26		2.494.160,32		
Nov/2017	BB	8.021.085.023,20	9.993.119.911,24	10.427.410,53	12.991.055,88	Mensagem CFIN/CSJT 050/17
	CEF	1.972.034.888,04		2.563.645,35		
Dez/2017	BB	8.036.930.935,93	10.017.958.864,82	10.448.010,22	13.023.346,53	Mensagem CFIN/CSJT 003/18
	CEF	1.981.027.928,89		2.575.336,31		
<b>TOTAL</b>	<b>BB</b>	<b>91.419.359.587,93</b>	<b>113.577.401.091,98</b>	<b>118.845.167,47</b>	<b>147.650.620,93</b>	
	<b>CEF</b>	<b>22.158.041.504,05</b>		<b>28.805.453,46</b>		

Nota:

- 1) (\*) BB: Banco do Brasil; CEF: Caixa Econômica Federal
- 2) Os depósitos judiciais correspondem ao saldo médio arrecadado
- 3) A transferência dos bancos ao CSJT corresponde a 0,13% do saldo médio arrecadado com os depósitos judiciais
- 4) Os valores acima referem-se apenas às arrecadações oriundas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e foram informados pelo CSJT

Em que pesem os montantes totais que deveriam ser liberados a este Tribunal, acima demonstrados (coluna “Transferência”), o valor que a Setorial Financeira do CSJT repassou foi limitado aos créditos consignados na Lei Orçamentária Anual, tendo em vista a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016.

Assim, no exercício de 2017, o valor repassado a este Regional ficou limitado a R\$ 85.237.214,28.

Os repasses seguem demonstrados:

Mês/Ano	Repasses ao TRT 2ª Região			
	Solicitação		Concessão	
	Mensagem SIAFI	Valor	Doc. SIAFI	Valor
Jan/2017	-x-	0,00	-x-	0,00
Fev/2017	Mensagem 2017/0260583	7.103.101,25	2017PF000818	7.103.101,25





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Mar/2017	Mensagem 2017/0355054	7.103.101,25	2017PF001011	7.103.101,25
Abr/2017	Mensagem 2017/0488470	7.103.101,25	2017PF001446	7.103.101,25
Mai/2017	Mensagem 2017/0615983	7.103.101,25	2017PF002565	7.103.101,25
Jun/2017	Mensagem 2017/0751052	7.373.729,00	2017RA002651 2017RA 002652	7.373.729,00
Jul/2017	Mensagem 2017/0896190	7.103.101,25	2017PF004366	7.103.101,25
Ago/2017	Mensagem 2017/1035037	7.103.101,25	2017RA 003797	7.103.101,25
Set/2017	Mensagem 2017/1191337	7.103.101,25	2017RA 004363	7.103.101,25
Out/2017	Mensagem 2017/1306294	7.103.101,25	2017RA 004839	7.103.101,25
Nov/2017	Mensagem 2017/1444537	7.103.101,25	2017RA 005281 2017RA 005282	7.103.101,25
Dez/2017	Mensagem 2017/1637192	13.935.574,03	2017RA 005881	13.935.574,75
<b>TOTAL</b>		<b>85.237.214,28</b>		<b>85.237.215,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Afinal, inspecionados os atos referentes à execução das despesas realizadas no exercício de 2017 por este Órgão, submetemos a presente Prestação de Contas à superior consideração.

São Paulo, 12 de março de 2018

**AIRTON MATOS DA SILVA**  
Diretor da Coordenadoria de  
Contabilidade

**NIVALDO CATANIA**  
Diretor da Secretaria de Coordenação  
Orçamentária e Financeira

**DE ACORDO**

São Paulo, 12 de março de 2018

**RITA KOTOMI YURI**  
Diretora Geral da Administração

**APROVO**

**CIÊNCIA AO E. TRIBUNAL PLENO.**

São Paulo, 12 de março de 2018

**WILSON FERNANDES**  
Desembargador Presidente do Tribunal



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**VII. ANEXOS – Demonstrativos Contábeis**

- Balanço Financeiro
- Balanço Orçamentário
- Balanço Patrimonial
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstrações das Variações Patrimoniais



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 14/02/2018	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>2.772.322.567,47</b>	<b>2.394.948.587,66</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>2.169.592.410,58</b>	<b>1.783.916.991,80</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>602.730.156,89</b>	<b>611.031.595,86</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	494.459.368,00	447.939.854,27
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	108.270.788,89	163.091.741,59
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.737.631.237,27</b>	<b>2.261.046.159,17</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>94.246.157,27</b>	<b>89.332.814,60</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	2.735.349.493,81	2.255.322.235,91	Independentes da Execução Orçamentária	94.246.157,27	89.332.814,60
Independentes da Execução Orçamentária	2.281.743,46	5.723.923,26	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	651.206,55	1.603.307,47
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	219.123,19	2.551.526,00	Demais Transferências Concedidas	108.736,75	-
Demais Transferências Recebidas	1.068.538,50	1.561.826,73	Movimento de Saldos Patrimoniais	93.486.213,97	87.729.507,13
Movimentação de Saldos Patrimoniais	994.081,77	1.610.570,53	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>262.900.972,12</b>	<b>212.388.775,42</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>31.788.160,83</b>	<b>72.570.727,50</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	748.341,26	465.227,05	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	431.606,85	6.521.564,36
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	111.098.079,62	35.054.041,42	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.541.938,31	65.250.366,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	610.717,53	796.602,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	814.615,67	794.318,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários	150.443.833,71	176.072.904,17	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	4.478,44
Arrecadação de Outra Unidade	150.443.833,71	176.072.904,17	Demais Pagamentos	-	4.478,44
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>93.371.773,89</b>	<b>176.788.969,06</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>195.547.097,71</b>	<b>93.371.773,89</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	93.371.773,89	176.788.969,06	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.547.097,71	93.371.773,89
<b>TOTAL</b>	<b>3.093.903.983,28</b>	<b>2.650.223.903,65</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.093.903.983,28</b>	<b>2.650.223.903,65</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>58.911.503,26</b>	<b>-27.811.124,74</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>907.401,00</b>	<b>907.401,00</b>	<b>939.214,95</b>	<b>31.813,95</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	907.401,00	907.401,00	939.214,95	31.813,95
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	<b>130,00</b>	<b>130,00</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	130,00	130,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	<b>85.237.215,00</b>	<b>85.237.215,00</b>	<b>57.464.931,40</b>	<b>-27.772.283,60</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>578.012,00</b>	<b>578.012,00</b>	<b>507.226,91</b>	<b>-70.785,09</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	578.012,00	578.012,00	507.226,91	-70.785,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>58.911.503,26</b>	<b>-27.811.124,74</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>58.911.503,26</b>	<b>-27.811.124,74</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>2.530.972.628,89</b>	<b>2.530.972.628,89</b>
<b>TOTAL</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>86.722.628,00</b>	<b>2.589.884.132,15</b>	<b>2.503.161.504,15</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.238.281.732,00</b>	<b>2.583.735.646,00</b>	<b>2.567.842.358,69</b>	<b>2.477.980.216,59</b>	<b>2.477.231.875,33</b>	<b>15.893.287,31</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.853.220.319,00	2.201.052.416,00	2.189.247.698,46	2.132.009.583,77	2.132.009.583,77	11.804.717,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	385.061.413,00	382.683.230,00	378.594.660,23	345.970.632,82	345.222.291,56	4.088.569,77
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.542.026,00</b>	<b>22.072.026,00</b>	<b>22.041.773,46</b>	<b>1.677.030,28</b>	<b>1.677.030,28</b>	<b>30.252,54</b>
Investimentos	14.542.026,00	22.072.026,00	22.041.773,46	1.677.030,28	1.677.030,28	30.252,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>2.252.823.758,00</b>	<b>2.605.807.672,00</b>	<b>2.589.884.132,15</b>	<b>2.479.657.246,87</b>	<b>2.478.908.905,61</b>	<b>15.923.539,85</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>2.252.823.758,00</b>	<b>2.605.807.672,00</b>	<b>2.589.884.132,15</b>	<b>2.479.657.246,87</b>	<b>2.478.908.905,61</b>	<b>15.923.539,85</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.252.823.758,00</b>	<b>2.605.807.672,00</b>	<b>2.589.884.132,15</b>	<b>2.479.657.246,87</b>	<b>2.478.908.905,61</b>	<b>15.923.539,85</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>35.336.881,55</b>	<b>30.304.860,10</b>	<b>21.959.281,20</b>	<b>21.957.322,00</b>	<b>1.112.054,44</b>	<b>42.572.365,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais	33.351.925,33	9.953.164,15	5.107.091,04	5.107.091,04	-	38.197.998,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.984.956,22	20.351.695,95	16.852.190,16	16.850.230,96	1.112.054,44	4.374.366,77
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.863.559,69</b>	<b>4.681.500,61</b>	<b>8.158.610,30</b>	<b>8.158.610,30</b>	-	<b>386.450,00</b>
Investimentos	3.863.559,69	4.681.500,61	8.158.610,30	8.158.610,30	-	386.450,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>39.200.441,24</b>	<b>34.986.360,71</b>	<b>30.117.891,50</b>	<b>30.115.932,30</b>	<b>1.112.054,44</b>	<b>42.958.815,21</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.992,45</b>	<b>470.328,80</b>	<b>431.606,85</b>	-	<b>40.714,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.992,45	470.328,80	431.606,85	-	40.714,40
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.992,45</b>	<b>470.328,80</b>	<b>431.606,85</b>	<b>-</b>	<b>40.714,40</b>







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>754.301.486,47</b>	<b>507.677.707,69</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>754.301.486,47</b>	<b>507.677.707,69</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>195.547.097,71</b>	<b>93.371.773,89</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>154.957.871,95</b>	<b>75.405.796,84</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>558.754.388,76</b>	<b>414.305.933,80</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>244.848.692,58</b>	<b>311.709.956,44</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>354.494.921,94</b>	<b>120.561.954,41</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>11.160.325,82</b>	<b>273.718.014,38</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>390.686.394,46</b>	<b>86.908.885,11</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	11.160.325,82	273.718.014,38	Execução dos Atos Potenciais Passivos	390.686.394,46	86.908.885,11
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.301.144,50	27.215.921,04	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	3.859.181,32	246.502.093,34	Obrigações Contratuais a Executar	390.686.394,46	86.908.885,11
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11.160.325,82</b>	<b>273.718.014,38</b>	<b>TOTAL</b>	<b>390.686.394,46</b>	<b>86.908.885,11</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>12.199.296,22</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>28.389.929,54</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	28.389.929,54
<b>TOTAL</b>	<b>40.589.225,76</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 14/02/2018	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>124.579.908,96</b>	<b>-58.931.153,92</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.888.685.788,51</b>	<b>2.437.915.666,12</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>2.888.685.788,51</b>	<b>2.437.915.666,12</b>
Ingressos Extraorçamentários	610.717,53	796.602,78
Transferências Financeiras Recebidas	2.737.631.237,27	2.261.046.159,17
Arrecadação de Outra Unidade	150.443.833,71	176.072.904,17
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.764.105.879,55</b>	<b>-2.496.846.820,04</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-2.434.122.442,96</b>	<b>-2.186.301.103,24</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-1.671.684.947,69	-1.603.202.101,39
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-596.139.187,58	-520.175.052,22
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 14/02/2018	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-166.298.307,69	-62.923.949,63
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-234.922.663,65</b>	<b>-220.414.105,65</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-234.922.663,65	-220.414.105,65
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-95.060.772,94</b>	<b>-90.131.611,15</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-814.615,67	-794.318,11
Transferências Financeiras Concedidas	-94.246.157,27	-89.332.814,60
Demais Pagamentos	-	-4.478,44
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-22.404.585,14</b>	<b>-24.486.041,25</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-22.404.585,14</b>	<b>-24.486.041,25</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.417.294,80	-16.099.537,53
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-987.290,34	-8.386.503,72
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>102.175.323,82</b>	<b>-83.417.195,17</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>93.371.773,89</b>	<b>176.788.969,06</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>195.547.097,71</b>	<b>93.371.773,89</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>3.025.885.803,80</b>	<b>2.463.462.984,15</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>89.629.994,46</b>	<b>82.147.287,44</b>
Impostos	-	-
Taxas	89.629.994,46	82.147.287,44
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.061.541,68</b>	<b>2.270.287,58</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.061.541,68	2.270.287,58
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>253.854,17</b>	<b>308.281,04</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	195.060,65	181.878,89
Variações Monetárias e Cambiais	58.793,52	126.402,15
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.795.096.168,67</b>	<b>2.350.113.895,05</b>
Transferências Intragovernamentais	2.737.631.237,27	2.261.046.159,17
Transferências Intergovernamentais	57.464.931,40	88.793.582,77
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	274.153,11
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>137.710.837,38</b>	<b>25.645.798,70</b>
Reavaliação de Ativos	137.432.766,63	21.301.041,00
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	277.683,47	935.968,37
Ganhos com Desincorporação de Passivos	387,28	3.408.789,33
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.133.407,44</b>	<b>2.977.434,34</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 14/02/2018	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.133.407,44	2.977.434,34
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.751.283.434,13</b>	<b>2.498.082.600,62</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.639.234.256,83</b>	<b>1.537.254.114,87</b>
Remuneração a Pessoal	1.283.531.430,24	1.192.861.869,69
Encargos Patronais	232.580.002,29	217.976.452,63
Benefícios a Pessoal	123.122.824,30	125.873.347,95
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	542.444,60
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>574.173.181,61</b>	<b>518.730.993,58</b>
Aposentadorias e Reformas	461.787.788,35	411.641.703,41
Pensões	111.636.607,74	105.922.237,99
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	748.785,52	1.167.052,18
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>250.203.506,84</b>	<b>277.209.201,29</b>
Uso de Material de Consumo	5.545.824,90	6.472.638,92
Serviços	230.862.343,84	257.308.282,29
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.795.338,10	13.428.280,08
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>6.099,61</b>	<b>6.281,66</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.525,83	6.248,11
Variações Monetárias e Cambiais	4.573,78	33,55
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>260.815.474,83</b>	<b>98.135.695,77</b>
Transferências Intragovernamentais	260.544.464,96	98.030.186,57
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	271.009,87	105.509,20
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>19.422.059,26</b>	<b>59.143.717,14</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	87.726,60
Incorporação de Passivos	19.300.075,84	58.990.215,96
Desincorporação de Ativos	121.983,42	65.774,58



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>3.686.844,75</b>	<b>4.184.142,49</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.477,04	44.385,95
Contribuições	3.639.367,71	4.139.756,54
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>3.742.010,40</b>	<b>3.418.453,82</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.742.010,40	3.418.453,82
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>274.602.369,67</b>	<b>-34.619.616,47</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016